

por 

ANO 12 ■ Nº42

# Sinal

REVISTA DO SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL



A NOVA CARA DO BRASIL

# O GRITO DAS RUAS

# Visite o novo Portal Sinal



SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

[ÁREA DOS FILIADOS](#) [REGIONAIS DO SINAL](#)

[O Sinal](#) [Serviços](#) [Jurídico](#) [PASBC](#) [Notícias](#) [Publicações](#) [Eventos](#) [Fique por dentro](#) [Contato](#)

2ª feira, 9 de setembro de 2013

## APITO BRASIL

**Edição 108 – 4/9/2013**  
Servidores protestam contra corte de despesas no Banco Central

**Edição 107 – 3/9/2013**  
A aposentadoria é um direito inalienável do servidor

## JURÍDICO



- SUAS AÇÕES
- AÇÕES DO SINAL
- NOTÍCIAS
- PERGUNTAS FREQUENTES
- LEGISLAÇÃO

## FILIE-SE AO SINAL

Venha fazer parte desta história.

**CLIQUE AQUI !**

# SINAL

# 25

anos DE LUTA

HISTÓRICO

## 25 anos

### EM DESTAQUE

### EM PAUTA

### PASBC

### PUBLICAÇÕES

**SINAL 25 anos**  
Histórico do Sinal

**Acesse a versão anterior do portal**

**Consulta Valores 28,86%**  
Valores preliminares da ação de reajuste

**Sinal defende Paridade na PEC 147**

**Estabilidade do BC (Valor) | Juro futuro deixa de projetar Selic a 10% no fim do ano (Valor)**

**Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central**

**Saúde BC**

Você terá acesso à consulta dos prestadores de serviços credenciados do Programa de Saúde dos Servidores do Banco Central - PASBC. Você pode também pesquisar com o nome ou parte do nome do prestador, com o município ou o bairro onde você deseja o atendimento.

**Outras publicações:**

- Apito Brasil
- Apito Carioca
- Sinal PE
- Boca Paulista
- Apito Brasil QVT
- Sinal Aberto
- Sinal-DF Informa
- Sinal DASGERAIS
- PASBC Expresso

[O Sinal](#) [Serviços](#) [Jurídico](#) [PASBC](#) [Notícias](#) [Publicações](#) [Eventos](#) [Fique por dentro](#) [Contato](#) [TOPO](#)

[Expandir o Mapa do Site](#)



Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

Desenvolvimento 

# www.sinal.org.br

# A responsabilidade dos servidores

Como informamos na edição 41, o Sinal completa, em outubro, 25 anos – foi fundado em 28 de outubro de 1988. São 25 anos de luta em defesa dos direitos dos servidores do Banco Central, visando uma remuneração justa, e, acima de tudo, a valorização da instituição e de seu corpo funcional.

O tema de capa, a “A nova cara do Brasil – o grito das ruas”, conclui o óbvio, que muitos fingem ignorar: o Brasil já não é o mesmo. Será que nossos dirigentes entenderam as mensagens e estão dispostos a mudar?

Para nós, servidores do Banco Central, a mensagem mais marcante, e que nos corresponde, é a reivindicação por “melhores serviços públicos”. Prestamos serviços diretos e indiretos à população, principalmente na normatização e fiscalização do sistema financeiro. Nesse sentido, o Sinal vem, há muito, trabalhando na regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, tendo nossas propostas sido contempladas no recente Projeto de Lei Complementar PLS 363/2013, do senador Gim Argello (PTB-DF).

Já nosso empregador, o Banco Central, mediante um comunicado da Diretoria Colegiada de Adequação Orçamentária, atendendo a determinações do Ministério do Planejamento, toma medidas altamente questionáveis, que fragilizam sobremaneira o desempenho de nossas funções, o cumprimento de nossa missão e são frontalmente contrárias aos “gritos das ruas”.

Não só no BC, mas também em diversos outros órgãos, vemos um desmonte muito perigoso e preocupante da máquina pública. No ano passado, nós, servidores de carreiras exclusivas de Estado, fomos chamados pelo próprio governo de “sangues azuis” e assim demonizados pela mídia, tachados como vilões das mazelas do país. Agora, o governo que abriu mão de receitas estratosféricas com renúncias fiscais, coopera com o superendividamento e transfere renda ao capital, tenta economizar “migalhas”, cortando impressoras, desligando as luzes e, pior de tudo, cancelando trabalhos de fiscalização e controle, inerentes ao Estado.

Seguindo a mensagem emitida pelas manifestações de junho, trazemos ainda nesta edição o debate sobre o sistema político brasileiro, em especial o sistema eleitoral vigente, com propostas de mudanças tiradas em seminário organizado pelo

Fórum das Carreiras Típicas de Estado, em agosto. O assunto também é explorado na entrevista com a deputada federal Luiza Erundina, coordenadora da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, crítica dos arremedios de reforma que estão sendo preparados no Congresso. Como representante da Frente, Erundina faz parte de uma coalizão de forças sociais que acaba de construir uma proposta unitária de reforma política, para ser debatida com a sociedade.



**São 25 anos de luta em defesa dos direitos dos servidores do Banco Central. Lutamos por uma remuneração justa, clara, mas, acima de tudo, pela valorização da instituição e de seu corpo funcional.**

Recorrente em nossa revista, o tema Defesa do Consumidor desta vez aborda a insatisfação crescente dos clientes com a qualidade dos serviços prestados pelos bancos, conforme atestam as 280 mil queixas registradas no BC só nos seis primeiros meses de 2013. Por fim, alertamos para o perigo de um novo mercado que está surgindo na carona da política de crédito do governo, com o crescimento dos denominados “pastinhas,” agentes bancários que atuam sem regras claras, ganhando suas comissões, forçando o crédito e buscando, literalmente, endividar ao máximo seus clientes.

Na política, agradecemos a colaboração do Deputado Arnaldo Faria de Sá - PTB / SP, com o artigo sobre a urgência na votação da PEC 555.

**CONSELHO NACIONAL  
BIÊNIO 2013/2015**

Presidente  
Daro Marcos Piffer

Belém  
José Flávio Silva Corrêa

Brasília  
Anderson Heringer Werner  
Gregório Alberto Saiz Lopes  
José Ricardo da Costa e Silva  
Max Meira

Belo Horizonte  
Mauro Cattabriga de Barros

Curitiba  
Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

Fortaleza  
Uverlan Rodrigues Primo

Porto Alegre  
Gustavo Diefenthaler

Recife  
Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes

Rio de Janeiro  
Sergio da Luz Belsito  
José Vieira Leite

João Marcus Monteiro  
Cícero Ricardo Máximo Bezerra

Salvador  
Epitácio da Silva Ribeiro

São Paulo  
Aparecido Francisco Sales  
Natalino Yoshimi Sakamuta  
Paulo Lino Gonçalves

**DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL  
BIÊNIO 2013/2015**

Presidência  
Daro Marcos Piffer

Diretor Secretário  
Epitácio da Silva Ribeiro

Diretor Financeiro  
Luiz Carlos Alves de Freitas

Diretor Jurídico  
Jordan Alisson Pereira

Diretor de Comunicação  
Gustavo Diefenthaler

Diretor de Assuntos Previdenciários  
Sérgio da Luz Belsito

Diretor de Relações Externas  
Luis Carlos Paes de Castro

Diretor de Estudos Técnicos  
Eduardo Stalin Silva

Diretor para Assuntos Intersindicais  
Iso Sendacz

Diretor de Qualidade de Vida  
José Vieira Leite

Por Sinal  
Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial  
Alexandre Wehby, Aparecido Francisco de Sales, Daro Piffer,  
Edil Batista Junior, Eduardo Stalin Silva, Gustavo Diefenthaler,  
José Vieira Leite

Secretária: Sandra de Sousa Leal  
SCS Quadra 01 – Bloco G sala 401 – Térreo  
Ed. Baracat – Asa Sul – Cep 70.309-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3322-8208  
nacional@sinal.org.br  
www.sinal.org.br

Redação  
Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti  
(Letra Viva Comunicação)  
Reportagem: Rosane de Souza e Paulo Vasconcellos  
Diagramação: Tabaruba Design  
Ilustrações: Claudio Duarte  
Impressão: Ultra Set  
Tiragem: 9.000  
Assessoria de Comunicação do Sinal Nacional: Rapport Hyperlink  
www.rapportcomunica.com

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.  
O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas  
nos artigos assinados.



JORNADAS DE JUNHO

## O grito das ruas

Página 4

REFORMA POLÍTICA

## Servidores se mobilizam para mudar sistema eleitoral

Página 13

ENTREVISTA DEPUTADA FEDERAL LUIZA ERUNDINA

## Os futuros atores políticos

Página 16

DEFESA DO CONSUMIDOR

## A festa dos bancos

Página 24

DEFESA DO CONSUMIDOR

## Educação financeira: em linha direta com o cidadão

Página 28



CORRESPONDENTES BANCÁRIOS

## Um mercado que cresce perigosamente

Página 30

ARTIGO

## Urgência na votação da PEC 555

Página 35

Não nos representam

ORDEM E PROGRESSO

Fora todos os governos

Não é por centavos, é por direitos

Vândalo e o Estado

O GIGANTE ACORDOU

POR LIMA, 310 SEM CATRAC Movimento PASSE LIVRE



A NOVA CARA DO BRASIL

# O grito das ruas

Convocados pelas redes sociais, 1 milhão de jovens de diferentes tribos ocupam as ruas, em todo o Brasil, para dizer que o cidadão, e não o poder econômico, está em primeiro lugar



**U**ma coisa é certa. O Brasil já não é o mesmo depois das manifestações de junho. Está de cara nova. Passados dois meses, a sociedade continua atenta, mobilizada, discutindo o real significado dos protestos – considerados por muitos como o maior levante popular desde a redemocratização do país. No centro dos debates, algumas bandeiras foram levantadas, de forma difusa, nas ruas ocupadas: qualidade dos serviços públicos, geridos quase sempre por interesses privados; falência do atual sistema de representação política; participação e consulta popular como afirmação da cidadania.

As discussões estão abertas, sugerindo diferentes mudanças de rota, mas sempre no caminho do aperfeiçoamento da democracia. O que vai acontecer, porém, ninguém arrisca prever. Este é o cenário que a Por Sinal encontrou ao montar um painel com opiniões de diferentes atores sociais – intelectuais, professores, estudantes, parlamentares, militantes – sobre os acontecimentos de junho. Para montar este painel, ouvimos algumas pessoas e editamos trechos de artigos, declarações, debates publicados em jornais, revistas, sites, blogs e redes sociais, semanas depois das primeiras manifestações.

**FLAVIA CAVALCANTI E ROSANE DE SOUZA**

“ O levante urbano, desencadeado pelo MPL, obteve uma vitória extraordinária ao conquistar a redução do preço das passagens do transporte coletivo em São Paulo e em tantas outras cidades. O elemento singular é que nunca na História recente do país – e, talvez, nem na antiga – camadas populares tenham se levantado em tal proporção. Se o estopim foi aceso pela classe média, o novo proletariado, forjado na década do lulismo, entrou nas avenidas, dando um colorido inédito às marchas reivindicatórias. Uma placa tectônica do país se mexeu, surpreendendo todos os atores tradicionais.

A direita quer vender a ideia de que sanear o Estado (o que é necessário) e cortar funcionários resolveriam as demandas por saúde, educação e segurança. Caberá à esquerda, que teve o mérito de começar a luta, ter a coragem de mostrar a cara e propor um programa que, sem deixar de ser republicano, aposte na ampliação do gasto público, de modo a construir o bem-estar que as massas exigem. (Trecho de artigo publicado na Folha de S.Paulo)

**ANDRÉ SINGER**, PROFESSOR DA USP, FOI PORTA-VOZ E SECRETÁRIO DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA NO GOVERNO LULA

“ As manifestações que tomaram as ruas servem de alerta: refletem uma crise representativa das instituições democráticas e apontam para a necessidade de uma reforma política. A crise representativa é mundial, e se manifesta mais fortemente entre os jovens. Os políticos no Brasil precisam entender que estão perdendo os canais democráticos de representação. Nossa juventude, que já cresceu num ambiente de estabilidade econômica e em pleno vigor da democracia, já não se satisfaz – ou se identifica – com as ações dos partidos políticos. As primeiras manifestações de junho revelaram o verdadeiro abismo que separa a pauta política dos anseios da população.

A agenda do governo envelheceu, ficou estagnada na plataforma pós anos 1980 (época da redemocratização), incapaz de atender às necessidades de uma nova geração. Há uma crise de representatividade. A única opção viável é a modernização do modelo de representação política no Brasil. Faz-se necessário um rejuvenescimento das práticas e da agenda de nossas forças democráticas de governo, principalmente o Parlamento. Cabe aos governantes buscar os meios – são eleitos para este fim – que atendam ao anseio renovado da sociedade.

**FELIPE SANTA CRUZ**, PRESIDENTE DA OAB-RJ, FILHO DO DESAPARECIDO POLÍTICO FERNANDO SANTA CRUZ

“ Há mais de cinco décadas, o direito de ir e vir de milhões de cidadãos está entregue às mesmas empresas de ônibus, que nunca primaram pela qualidade de seus serviços e, particularmente nos últimos 20 anos, vêm recebendo sucessivos incentivos fiscais, subsídios e aumentos de tarifas acima da inflação. Tudo isso, sem qualquer contrapartida em termos de melhoria nas condições de conforto, pontualidade e segurança das viagens cotidianas.

Os debates recentes, inflamados pelo clamor das ruas, têm descortinado o que qualquer passageiro de ônibus sempre soube: a prefeitura do Rio não tem a menor ingerência nem sobre o padrão operacional das mais de 500 linhas de ônibus, nem sobre os fluxos financeiros milionários que circulam pelo sistema RioCard (operado pelo Rio Ônibus).

Se não fossem as manifestações de rua, a CPI dos Ônibus não teria sido protocolada e deferida, em junho, na Câmara Municipal, e, para o resultado corresponder ao real propósito de abertura da caixa-preta do sistema, é necessária uma permanente mobilização até o final dos trabalhos da Comissão.

**ELIOMAR COELHO**, VEREADOR, ENCAMINHOU À CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO O PEDIDO DE ABERTURA DA CPI DOS ÔNIBUS

“ O MPL ampliou sua forma de pensar o transporte. Passamos a enxergá-lo em um contexto mais amplo, dentro da esfera dos direitos (oferecido a todos e todas, sem distinção). O direito ao deslocamento, que proporciona o acesso aos outros direitos como saúde, educação e lazer, ou seja, o direito à cidade. E o direito de decidirmos coletivamente como deve ser a cidade. Exigimos que o transporte seja público de verdade. Para isso, defendemos a tarifa zero, o controle público da gestão (fora das mãos dos empresários) e o fim da forma de remuneração do serviço dos ônibus que existe hoje: as empresas de transporte recebem seu dinheiro pela quantidade de pessoas que pagam as passagens. Isso faz com que elas concentrem suas linhas em regiões centrais, e é por isso que pagamos ônibus lotados – é mais barato para as empresas ter menos ônibus com mais gente dentro. Essa é a lógica da mercadoria. Não é o lucro dos empresários que deve definir onde e quando existirão ônibus, mas o interesse público!

**MOVIMENTO PASSE LIVRE – SP**

“ É consequente colocar-se como reivindicação central a gratuidade? O transporte público nunca é ‘gratuito’, sempre será pago, pelo usuário ou pelo contribuinte, ou em doses diferenciadas por ambos. É injusto que os jovens ricos ou de classe média deixem de pagar a passagem quando podem. Parte dos trabalhadores recebe subsídio das empresas na forma de vale-transporte. É correto reivindicar a ampliação desses subsídios pelo poder público vinculando-os a programas de transferência de renda. As tarifas de ônibus no Brasil estão claramente acima da média internacional. O jornal El País recentemente comparou: um trabalhador, em Madrid, gasta 6 minutos de trabalho para pagar sua passagem e em São Paulo, 14. Será indispensável – e inevitável, em algum momento futuro – a radicalidade de se colocar limites claros ao transporte individual motorizado com a introdução de taxas de congestionamento na forma de pedágios urbanos eletrônicos.

**ALFREDO SIRKIS**, DEPUTADO FEDERAL, FOI COORDENADOR DA PRÉ-CANDIDATURA DE MARINA SILVA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NAS ELEIÇÕES DE 2010

“ A atual onda de mobilizações significou a retomada da luta do proletariado precarizado brasileiro por seus direitos sociais. Eis o segredo de polichinelo: as massas tomaram as ruas a fim de exigir o cumprimento daquilo que, em 1988, foi prometido pela Constituição brasileira: o direito à saúde e à educação públicas, gratuitas e de qualidade; o direito ao lazer, à moradia e à mobilidade; o direito a um salário que garanta condições dignas de vida para todos. O governo federal sabe bem que o atual modelo não chegou nem perto de entregar o que foi encomendado.

(...) Não haverá futuro para o atual ciclo de mobilizações se uma articulação orgânica entre os setores mais jovens, mais precarizados, desorganizados e politicamente inexperientes dos trabalhadores e os setores tradicionais da classe operária não lograr ser construída. É necessário escancarar as portas dos sindicatos para que essa massa de jovens, precarizados em suas condições de vida e de trabalho, possa entrar.

**RUY BRAGA**, PROFESSOR DE SOCIOLOGIA DA USP E UM DOS LÍDERES DOS CARAPINTADAS EM SÃO PAULO



““ Precisamos aprofundar, no Brasil, a discussão sobre como recheiar nossa democracia representativa com elementos radicais de transparência e participação direta. Os movimentos de massa difusos e sem institucionalização podem contestar, e até demolir, o poder constituído. Mas por si são incapazes de erguer alternativas para governar os rumos da sociedade.

A tarefa coletiva é canalizar a energia das ruas para o fortalecimento e a modernização de nossa democracia, como ferramenta de avanço social e econômico do país.

**MARCUS PESTANA**, DEPUTADO FEDERAL,  
PRESIDENTE DO PSDB DE MINAS GERAIS

““ As manifestações de rua merecem respostas efetivas, e as pessoas não aceitarão uma solução pronta, sem debate prévio. Então, devemos nos perguntar, após 25 anos da Constituição Cidadã, qual é o problema central da política representativa brasileira? Sem dúvida, o financiamento. O dinheiro que financia as candidaturas numa disputa eleitoral deve ser público e exclusivo. A sociedade será a principal beneficiada com essa iniciativa, visto que haverá maior transparência nos pleitos.

O plebiscito será o caminho para definirmos uma solução em conjunto com a população, que realmente reestruture a política brasileira. A consulta garantirá legitimidade ao processo. Vivemos um momento único. Não podemos perder a oportunidade de melhorar o Brasil.

**MANUELA D'ÁVILA**, LÍDER DO PCDOB NA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS

““ Melhorar o sistema político é uma resposta às várias das reivindicações que estão sendo levantadas nas manifestações populares. A política é nossa principal ferramenta de transformação social e não pode permanecer como está: perdendo progressivamente a sua credibilidade e com os partidos se diluindo no processo, em que cada vez mais o que vale é a força do poder econômico e cada vez menos a disputa das ideias, dos projetos e da história de vida dos candidatos.

Queremos uma reforma que incida sobre os principais problemas do sistema político brasileiro, melhorando os instrumentos da representação política, consolidando e ampliando o processo democrático e a participação da população. A hora da reforma é agora, e todos os caminhos que levem a ela – plebiscito, referendo ou a votação dos projetos que tramitam no Congresso – devem se somar.

**HENRIQUE FONTANA**, DEPUTADO  
FEDERAL (PT-RS) E RELATOR DE PROJETO  
DE REFORMA POLÍTICA REJEITADO PELA  
MAIORIA DA CÂMARA

““ As manifestações que tomaram as ruas no mês de junho deram um recado muito claro para os governos: diminuição das desigualdades, ampliação da participação dos cidadãos nas decisões políticas e desmilitarização da polícia. Transparência e participação não é um luxo. É uma necessidade ante o crescimento populacional das cidades e a grande diversidade populacional existente nas metrópoles.

Está mais do que na hora de romper com os instrumentos punitivos e com o modelo militarista das polícias. As diversas violações do Estado, por meio das suas polícias, inclusive no tratamento das manifestações populares, têm de ser superadas imediatamente.

Não se pode ter um instrumento no Estado que trate as pessoas como “o exército do inimigo” e, em nome do patrimônio (seja ele privado ou público), cometa atrocidades. É um desafio para a sociedade civil alcançar modos eficazes de cobrar e superar essa realidade. É um desafio para o Estado entender que não há desenvolvimento sem participação, elevação das condições de vida e respeito à sociedade.

**OBSERVATÓRIO DE FAVELAS** – ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE PESQUISA E CONSULTORIA,  
SEDIADA NA FAVELA DA MARÉ, NO RIO DE JANEIRO, MAS COM ATUAÇÃO NACIONAL

““ O povo brasileiro quer serviço público de qualidade. Esse foi um dos recados das ruas durante os recentes movimentos que tomaram espaços públicos pelo Brasil afora. Apenas com a colaboração de servidores públicos capacitados e valorizados, essa meta poderá ser alcançada. Mais do que palavras do governo, brasileiros e brasileiras exigem ações concretas. Merecem aplausos os que fizeram essa pauta voltar ao centro dos debates. O país da desigualdade social, da alta carga tributária, da impunidade e da falta de infraestrutura cansou de esperar por decisões políticas e saiu às ruas.

Os servidores públicos têm uma responsabilidade especial na sociedade. O Estado deve proporcionar ao cidadão e à cidadã um serviço público eficiente que atenda às suas necessidades e conveniências.

**ROBERTO KUPSKI**, PRESIDENTE DO  
FÓRUM DAS CARREIRAS DE ESTADO  
(FONACATE)

Os governos curvam-se às imposições da Fifa e de seus padrões, aprovando uma legislação de exceção, cedendo nacos de território ao controle de uma corporação internacional de negócios, e se obrigando, se for o caso (já foi o caso), a reprimir pessoas que se manifestem dentro dos estádios (perdão, das arenas) ou num raio de dois quilômetros dos campos de jogo. Assim se comportam os partidos do poder: reverenciam a Fifa, mas fazem ouvidos moucos às demandas dos próprios cidadãos.

No entanto, protegidos por instituições tradicionais (os governos), cultivam ainda a ambição – desmedida – do monopólio da representação política, o que não está mais de acordo com as sociedades complexas que passaram a existir a partir da segunda metade do século XX.

Se o terremoto atual se prolongar na forma de um ciclo longo de manifestações, não será possível evitar esta questão. Trata-se da construção de um regime político em que a cidadania, organizada autonomamente, possa ter voz e poder de decisão.

**DANIEL AARÃO REIS**, PROFESSOR DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DA UFF, PARTICIPOU ATIVAMENTE DAS LUTAS ESTUDANTIS DE 1968

O que vi de mais próximo do que está acontecendo agora no Brasil, em termos de linguagem, foram as Marchas da Liberdade em todo o país, em 2011, que conseguiram juntar e dar visibilidade aos novos movimentos urbanos. Tenho a impressão de que 2013 foi 2011 + 2012 elevado a enésima potência e com a entrada das periferias e dos pobres, a chamada “classe C”, pós-políticas de redistribuição de renda e emergência de outros imaginários nas disputas das cidades.

Retomo a questão que emergia em 2011, de um movimento de movimentos, transversal, que não tinha nem tem um objetivo único, mas diferentes reivindicações, muito pontuais de um lado e muito amplas, como a liberdade, a participação direta, as políticas de descriminalização das minorias, das drogas e de comportamentos. Ou seja, demandas pela ampliação das liberdades e dos direitos.

Outro ponto em comum em termos de linguagens e que marca as manifestações de junho/julho: abolição dos carros de som (que monopolizam os discursos), o surgimento de microgrupos com seus pequenos megafones, músicas e paródias. Cartazes escritos à mão, colaborativos e singulares, muitos feitos apenas momentos antes, na rua mesmo, e o afluxo de uma outra multidão, dos “desorganizados”, a grande novidade dessas manifestações.

**IVANA BENTES**, PESQUISADORA E PROFESSORA DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ, COORDENA O PONTÃO DE CULTURA DIGITAL DA ECO-UFRJ

O grupo entrou em evidência porque as pessoas estavam esperando uma cobertura mais próxima sobre o que estava acontecendo nas ruas. A mídia tradicional não soube ler rápido o que estava acontecendo nas redes e nas ruas. Nós estávamos sempre presentes nos protestos, transmitindo tudo ao vivo, fotografando e dando o ponto de vista dos manifestantes. Acho que tinha uma demanda muito grande de uma cobertura independente, e a gente estava lá. Queremos democratizar a produção de informação e, com isso, informar melhor as pessoas, para que tenhamos uma democracia cada vez mais sólida, justa, integrada e próxima dos fatos. Acho que o próprio jornalismo tem de ser repensado e atualizado.

**BRUNO TORTURRA**, JORNALISTA E LÍDER DOS NINJAS

O Movimento Passe Livre, com sua pauta restrita, teve uma sabedoria política inigualável. Soube até como driblar as ciladas policiais de repórteres que queriam escarafunchar a identidade pessoal de seus membros. (“Anota aí: eu sou ninguém”, dizia uma militante, com a malícia de Odisseu, mostrando como certa dessubjetivação é condição para a política hoje.)

Tornar cada vez mais comum o que é comum – outrora chamaram isso de comunismo. Um comunismo do desejo. A expressão soa hoje como um atentado ao pudor. Mas é a expropriação do comum pelos mecanismos de poder que ataca e depaupera capilarmente aquilo que é a fonte e a matéria mesma do contemporâneo – a vida (em) comum.

Talvez uma outra subjetividade política e coletiva esteja (re)nascendo, aqui e em outros pontos do planeta, para a qual carecemos de categorias. Mais insurreta, de movimento mais do que de partido, de fluxo mais do que de disciplina, de impulso mais do que de finalidades, com um poder de convocação incomum, sem que isso garanta nada, muito menos que ela se torne o novo sujeito da História.

**PETER PÁL PELBART**, PROFESSOR DE FILOSOFIA DA PUC-SP



O povo que saiu às ruas, a classe média que se supunha morta (de início, predominantemente estudantes universitários do Mackenzie e da USP), para protestar contra um irrelevante R\$ 0,20 de aumento no preço dos transportes, terminou, em dias, realizando a obra renunciada pelos partidos: inserir na pauta política as reformas pelas quais o país clama desde os tempos das 'reformas de base' do governo Goulart.

Uma reforma política que avance da falsidade representativa de hoje para a participação direta da cidadania; uma reforma que assegure um sistema de representação mais verdadeiro, uma relação mais genuína e fluente entre eleitos e eleitores, governantes e governados; a reforma tributária e sua carga regressiva que os interesses fiscais dos Estados sabotam, punindo o consumidor; a reforma do Judiciário monárquico e seletivamente lerdo, porque classista; e a democratização dos poderosos meios de comunicação, sem o que falar em democracia será pura hipocrisia, porque não há democracia onde há monopólio da informação.

**ROBERTO AMARAL**, VICE-PRESIDENTE DO PSB, EX-MINISTRO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
NO GOVERNO LULA



Quando as ruas permanecem ocupadas, o que se pede é mais. Mais direitos, mais liberdades, mais democracia. É fundamental que os direitos expressos no Estatuto da Juventude se tornem realidade, e uma realidade imediata. Não será possível materializar o direito dos jovens à participação sem condenar a violenta repressão às recentes manifestações juvenis pelo país. Da mesma forma, falar em participação, como reconhece o Estatuto, é reconhecer a falência do nosso sistema político, que precisa ser reformado, acabando com a força do poder econômico nas eleições, que tem nesse financiamento privado a mãe da corrupção e a barreira central que impede a representação de jovens, mulheres e negros nos espaços institucionais.

Materializar o direito à comunicação, também como prevê o Estatuto da Juventude, é, antes de tudo, reconhecer que todas as organizações e movimentos juvenis que lutaram pela sua aprovação e que todos os milhares de jovens que foram e continuam nas ruas nesses dois meses não possuem a mesma liberdade de expressão que sete famílias brasileiras, que utilizam um patrimônio público, para reproduzir preconceitos, atacar a democracia e restringir direitos.

Consolidar o respeito à diversidade da juventude brasileira é saber que o Estatuto da Juventude é o primeiro marco legal a adotar o direito à livre orientação sexual, mas também reconhecer que a homofobia mata milhares de pessoas todos os anos, jovens em sua grande maioria, com requintes da mais alta crueldade e que a resposta do governo tem sido marcada pelo silêncio.

**ALESSANDRO MELCHIOR**, PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (CONJUVE), CRIADO EM 2005 PELA LEI 11.129, DO QUAL PARTICIPAM 40 MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL E 20 DO PODER PÚBLICO



“Desculpe o transtorno, estamos mudando o país.” A multidão produz uma sensação de força que pode se tornar tão generosa quanto... pretensiosa. Não se muda o país sem o enfrentamento, por exemplo, da questão da dívida pública. Ela comeu 44% do Orçamento da União em 2012 (R\$ 753 bi), enquanto a Saúde recebeu 4% (R\$ 71 bi) e a Educação, 3,3% (R\$ 57 bi). Transportes ficaram em 0,7%, Segurança 0,39% e Habitação 0,01%.

Para este ano de 2013, o valor a ser pago em juros e amortizações da dívida subirá 20%, para goáudio dos grandes rentistas do capitalismo financeirizado. Essas formulações, que exigem mais informações e análises, não estavam nas ruas, ao menos de maneira expressiva, notável. Mas sabemos que as mudanças só serão estruturais e não cosméticas com um novo paradigma de modelo econômico, e as consequentes reformas tributária, administrativa e política, desde que fecundadas por intensa participação popular.

Sobre serviços públicos, digo que eles precisam de uma revolução de compromisso de governantes e dos próprios servidores, de eficiência no atendimento à população e de nítida separação entre o público e o privado. O sistema político também precisa ser desprivatizado: 369 dos 513 deputados da atual Legislatura na Câmara dos s, por exemplo, foram financiados por grandes empresas. Lógico que seus mandatos ficam a serviço do capital, e não do interesse público. Mudar esse sistema pede atenção e participação popular; sem elas, nenhuma reforma política digna desse nome avançará.

**CHICO ALENCAR**, PROFESSOR DE HISTÓRIA E DEPUTADO FEDERAL (PSOL)



E o futuro? O movimento tem diante de si os mais variados cenários, e outros a inventar. Seu destino provavelmente dependerá de sua capacidade de diferenciar a crítica política da crítica à política, e de não confundir a rejeição ao atual sistema político-eleitoral, e partidário, com uma recusa da própria democracia, em qualquer formato. Essas distinções provocarão divisões internas profundas e inconciliáveis, que já estão aflorando. Toda essa magnífica energia fluirá para o ralo do ceticismo, abrindo mais um ciclo de apatia? A indignação encontrará traduções autoritárias e ultraconservadoras? Múltiplos afluentes seguirão cursos inauditos, nos surpreendendo com sua criatividade e mudando o país, no âmbito da democracia? As respostas não dependem só do movimento, mas também dos que não têm participado e das lideranças governamentais e parlamentares.

E as polícias? O debate sobre a desmilitarização está posto. É urgente incluir na agenda a refundação do modelo policial brasileiro, para estender à segurança pública a transição democrática. Polícia é tema decisivo. Se o relacionamento entre a sociedade e o Estado está no epicentro do movimento, as polícias também estão. Não haverá democracia enquanto o Brasil for campeão da brutalidade policial contra negros e pobres.

**LUIZ EDUARDO SOARES** É ESPECIALISTA EM POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA. OCUPOU A SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NO GOVERNO LULA

## O povo clama por dignidade

Tomar 3 conduções, demorar mais de 2 horas para chegar ao trabalho, outras tantas para voltar para casa, muitas vezes em pé, em ônibus lotado. Se somarmos às 9 horas permanecidas no ambiente de trabalho, mal sobra tempo para outras atividades. Quando se precisa de um atendimento médico, então, são dias de espera por uma consulta; se for de emergência, pode-se esperar horas pelo atendimento ou ter que ficar perambulando de hospital em hospital atrás de um leito, mesmo que seja uma maca jogada no corredor. Adiciona-se a isso o descaso com nossos filhos, que não conseguem vaga na creche, ou que perdem uma oportunidade pela falta de um ensino de qualidade. Aí, quando nada mais resta a não ser sair nas ruas para reclamar, vem a polícia e desce o cacete. E, quando se pensa que isto só acontece com os mais pobres, ledor engano. A classe média, para ir de carro para o trabalho, gasta as mesmas 2 horas, só que com mais conforto. O atendimento médico depende de planos privados caríssimos que, em muitas vezes, necessita de uma ordem judicial para que se possa ser atendido. E a segurança? Enquanto na periferia é arriscado se reunir ou passear depois de determinado horário, no centro, as pessoas se enclausuram em fortificações. E é dessa forma que o Estado Brasileiro vem cuidando de seus concidadãos. Falta, acima de tudo, dignidade! Culpa do Estado? Não! Culpa dos políticos que governam o Estado, que, ao invés de investirem na melhoria do serviço público, no justo investimento dos impostos em benefício da população, procuram apenas se locupletar do dinheiro público em prol de seus interesses privados.

As manifestações de junho mostraram que o povo brasileiro está se cansando. Após um longo período de ditadura, foi promulgada, em 1988, a tão esperada Constituição Cidadã, emérita pelos direitos do indivíduo que passaram a ser reconhecidos e pelos deveres imputados ao Estado. De lá para cá, dezenas de emendas foram aprovadas, patrocinadas por políticos, sempre para aviltar algum direito ora reconhecido. E, assim, a Constituição foi sendo mutilada, desfigurada. E a população mostra que é chegada a hora de uma grande reforma. Mas não uma simples reforma política, como se apregoam por aí. É chegada a hora da reforma ética, da reforma moral, que devolva a dignidade ao cidadão para que ele possa ter, sem constrangimento, orgulho de ser brasileiro.

**DARO PIFFER,**  
PRESIDENTE DO SINAL NACIONAL



Uma das grandes diferenças das manifestações atuais, se comparadas com as de 1968, é que vivemos em um regime democrático, e que não há perspectiva de ruptura, felizmente. Outra grande diferença são as redes sociais, que conferem uma grande rapidez às informações. Isso permitiu que a passeata de junho tivesse brotado de uma maneira muito rápida. Um movimento que estava constituído há vários anos e que vinha fazendo o seu trabalho, mas ainda com certa invisibilidade social, ganhou uma visibilidade gigantesca, súbita.

Nos últimos anos, houve na esquerda brasileira uma bifurcação que não é visível. Boa parte da esquerda foi para o poder, para o bem ou para o mal. Uma parte minoritária optou por não fazer esse caminho e permaneceu fiel a uma militância eticamente orientada e ligada ao povo. O MPL é um desses elementos. Não quero dizer com isso que seja organizado, articulado, mas são muitos MPLs por aí, fazendo um trabalho de formiga. Acho importante que as pessoas saibam que esse trabalho existe. O que eu mais fiz nos últimos dois anos foi dar curso para essa gente, e é uma gente muito interessada, muito articulada, mas que rejeita uma atividade política marcada pela hipocrisia.

Isso vem junto com um sentimento ligado à utopia, que nos remete a uma condição ontológica do homem: não dá para o homem viver sem sonhar. Nós enlouquecemos se não sonharmos. Nós temos um sentido de futuro. Foi esse sentido de futuro que a atual política brasileira decepou.

**CÉSAR BENJAMIM**, ESCRITOR, EDITOR DA CONTRAPONTO. FOI LÍDER SECUNDARISTA EM 1968 E MILITANTE POLÍTICO DO MR-8 ATÉ SER PRESO, EM 1971, COM APENAS 17 ANOS



Destaco dois principais recados das ruas. Primeiro, que não se aceitam tarifas altas, sem transparência, e serviços de má qualidade. Sou autor da Lei do Passe Livre para estudantes, idosos e portadores de deficiências, que só foi aprovada com dezenas de manifestações de ruas, com estudantes se deitando na frente de ônibus. Segundo, que não se aceitam corrupção, voto secreto e impunidade. Aprovei leis que acabaram com o voto secreto na Alerj e o fim dos jetons pagos aos deputados, com o apoio do Betinho e da mobilização da sociedade. Estas manifestações resgatam e ampliam muito outras mobilizações.

Para melhorar a qualidade dos serviços públicos: exigir metas, garantir padrões com salários e exigência de desempenho; serviços com regulação e acompanhamento transparente, com investimentos programados. Desenvolver uma cultura de consumo consciente, com informação e interatividade. Concursos públicos e subsídios transparentes onde for estratégico. Exemplo: diminuir em 80% a tarifa da energia de trens e metrô. Isso representaria uma redução de 30% das tarifas!

O sistema político não responde a estes anseios populares. Propostas: plebiscito, reforma política, financiamento público, fim das legendas de aluguel. Fim do voto secreto, sistema de destituição de mandatos por eleitores (recall), acompanhamento on-line pela internet dos votos de parlamentares.

**CARLOS MINC**, MINISTRO DE MEIO AMBIENTE DE LULA (2008-2010), DEPUTADO DO PT - RJ, SECRETÁRIO DA SEA/RJ



Numa cidade marcada pela violência policial, que mostrou sua face mais perversa na repressão às manifestações e no provável assassinato do pedreiro Amarildo de Souza por policiais da UPP da favela da Rocinha, estranho seria se não acontecessem contundentes protestos contra a polícia. É o espírito de Carlo Giuliani, o manifestante assassinado por um policial, em Gênova, na Itália, durante reunião do G-8, em 20 de julho de 2001, pairando nas ruas do Rio.

São jovens radicais que não se sentem representados pelos partidos políticos de esquerda, são professores, militantes de esquerda, humanistas, ambientalistas. Ao protestar contra o desmonte dos serviços públicos, mesmo que não o digam nas cartolinas, estão pedindo o fim do neoliberalismo. A estes, no Rio de Janeiro, juntou-se o importante grupo de jovens das periferias, aqueles que sobrevivem com salário mínimo (mais de 50% dos trabalhadores no Brasil ganham até um salário mínimo) e estão expostos à violência do crime organizado e à violência policial.

Mas neste grupo de hoje ainda faltam os sindicatos, aqueles que historicamente lutam pela manutenção dos direitos dos trabalhadores e que estavam presentes em Seattle, Gênova e nos Fóruns Sociais Mundiais. Quando esse grupo todo for para a rua junto, aí, sim, poderemos voltar a acreditar que outro mundo é possível.

**CLAUDIA SANTIAGO**, JORNALISTA DO NÚCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO

# Servidores se mobilizam para mudar sistema eleitoral

Seminário organizado pelo Fonacate defende financiamento público das campanhas, fidelidade partidária e voto facultativo a partir de 2022. Entidade acredita na pressão das ruas para garantir mudanças

A bandeira da reforma política, resgatada pelos protestos que sacudiram o país em junho depois de anos adormecida no Congresso Nacional, deve ganhar novo empurrão em um segundo turno de manifestações de rua. Representantes dos movimentos sociais pretendiam transformar as comemorações dos 191 anos da Independência, em 7 de setembro, num dia para coleta de assinaturas em favor de um projeto que fortaleça os partidos e faça valer a Lei da Ficha Limpa, proibindo candidaturas sob suspeita.

A estratégia, traçada em resposta à proposta em discussão na Câmara dos Deputados, que pretende autorizar a candidatura de quem teve as contas rejeitadas pela Justiça Eleitoral e abre brecha para que gastos de campanha não precisem ser comprovados, deverá ganhar o reforço de uma frente parlamentar em favor da campanha Eleições Limpas, em defesa do financiamento público, da fidelidade partidária e de eleições em dois turnos também para o Legislativo. Ela se inspira, porém, na certeza de que a única reforma política capaz de atender aos desejos da população deverá surgir de um projeto de iniciativa popular, que precisa ser avalizado por

1,5 milhão de assinaturas para ser apresentado ao Congresso.

“A movimentação ordeira das ruas é que pode fazer o Parlamento mudar o sistema eleitoral brasileiro. As conquistas no Brasil se fazem com mobilização e união”, defende Roberto Kupski, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), formado por 26 associações e sindicatos que representam mais de 180 mil servidores públicos, que já instruiu as afiliadas a incentivar a participação dos associados nos protestos. “O ponto central de qualquer reforma política devem ser o fortalecimento partidário e o fim do patrocínio privado das campanhas eleitorais, que amarra os políticos às empresas. O projeto que está sendo gestado no Congresso pode piorar o que já é ruim”, destaca Daro Piffer, novo presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) e também diretor do Fonacate.

## A PAUTA DOS SERVIDORES

O financiamento público das campanhas é uma das propostas do projeto apresentado no seminário “O papel das carreiras de Estado na reforma política”,

promovido no começo de agosto pelo Fonacate e idealizado antes mesmo dos protestos de rua. No encontro, que reuniu cerca de 200 pessoas no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília, o assunto também foi consenso entre os expositores. “As campanhas devem ser mais modestas, sem gastos descomunais, sem as negociações partidárias em relação ao tempo no rádio e na televisão”, disse o professor Juarez Freitas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), um dos palestrantes. “Não basta só a reforma eleitoral. É preciso também ampliar os mecanismos de participação popular nas decisões de Estado”, apregoou o cientista político Roberto Pires. Jerri Eddie Xavier, da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República, lembrou da necessidade de se fazer valer as leis de controle e combate à corrupção e citou diversas iniciativas parlamentares, incluindo as que estão em tramitação no Congresso, que permitem um trabalho mais eficaz da Corregedoria-Geral da União (CGU). Já o deputado João Dado (PDT-SP), que discursou na abertura e no encerramento dos trabalhos, ao criticar a influência do poder econômico nas eleições, exemplificou com o caso de Pernambuco, onde deputados não aprovados pelas urnas gastaram 38 vezes mais, em média, que os eleitos. “O clientelismo é uma marca das eleições no Nordeste”, ressaltou Simeon Nichter, da Universidade da Califórnia, que pesquisa o processo eleitoral brasileiro.

O ponto alto do encontro foi a apresentação da proposta de reforma política, que defende apenas o financiamento público de campanha ou por pessoas físicas, com limite de três salários mínimos, maior transparência das despesas eleitorais, o fim da suplência para o cargo de senador, a adoção da fidelidade

partidária e o estabelecimento do voto facultativo a partir de 2022 para marcar os 200 anos da Independência do Brasil. “Até lá, dá tempo para que se conscientizem os brasileiros da importância da política. Essa valorização é importante para que as pessoas votem espontaneamente”, diz Roberto Kupski. “O voto obrigatório acaba favorecendo a compra de votos, principalmente no interior do país”, defende Daro Piffer.

### CONGRESSO: SEM CORRER RISCOS

Empurrada goela abaixo dos políticos pelos protestos de junho, a reforma política parece que desta vez sai, só não se sabe ainda se a tempo de influenciar as eleições presidenciais do ano que vem. Tramita na Câmara dos Deputados uma proposta mais palatável ao gosto parlamentar, sem riscos aos interesses do poder político provocados por um plebiscito para que a sociedade decida sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para tratar do tema, como propôs a presidente Dilma



**A ideia do plebiscito para a convocação de uma Assembleia Constituinte exclusivamente para promover a reforma política não resistiu nem 24 horas.**

Rousseff, mas dificilmente deve ser votada até 5 de outubro, a tempo de vigorar em 2014. O projeto, coordenado pelo deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), propõe que sejam convocadas novas eleições em caso de cassação de mandato de prefeito, estabelece medidas para reduzir a burocracia na Justiça Eleitoral e permite a pré-campanha nas redes sociais e nos portais da internet. A ideia não contempla outras medidas defendidas pela sociedade organizada. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), que emplacou, há dois anos, a proposta que originou a lei da Ficha Limpa, propõem um projeto que estabeleça um sistema misto de votação proporcional, a pena de detenção e cassação de mandato para quem praticar caixa dois, o voto distrital e o fim das coligações.

A ideia do plebiscito para a convocação de uma Assembleia Constituinte exclusivamente para promover a reforma política não resistiu nem 24 horas. A iniciativa já havia sido sugerida pelo PT em 2007. O projeto, detalhado no documento “O Brasil que queremos”, produzido ao final do Terceiro Encontro Nacional do PT, defendia “a correção das distorções do pacto federativo na representação parlamentar, a revisão do papel do Senado, a eleição de suplentes e seu caráter de câmara revisora, a fidelidade partidária, o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, o voto em lista pré-ordenada, o fim das coligações em eleições proporcionais e da reeleição para todos os cargos majoritários a partir das próximas eleições e a proibição do exercício de mais de três mandatos consecutivos no mesmo cargo”. O documento salientava, ainda, que “a reforma política não pode ser um debate restrito ao Congresso Nacional, que já se demonstrou incapaz de aprovar

medidas que prejudiquem os interesses estabelecidos dos seus integrantes”, e propunha que “a reforma política deve ser feita por uma Constituinte exclusiva, livre, soberana e democrática”.

### A VOZ DAS RUAS

A resistência a mudanças nas regras de representação política é antiga. Nas ruas, de acordo com uma pesquisa do Ibope encomendada pelo MCCE, integrado por 51 entidades, entre as quais a OAB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e o Fonacate, apontou que 85% da população apoia a reforma política e 78% é contra o financiamento privado das campanhas. Mas há pelo menos 15 anos o tema está emperrado no Congresso Nacional. A última tentativa foi engavetada no ano passado. O projeto relatado pelo deputado federal Henrique Fontana (PR-RS) previa o financiamento público exclusivo das campanhas, a coincidência das eleições para todos os cargos – de vereadores a presidente da República –, em 2022, a prorrogação dos mandatos de prefeito a serem eleitos em 2016, o fim das coligações em eleições proporcionais, a criação de uma lista flexível de candidatos a ser apresentada para os eleitores, a possibilidade de a sociedade participar da vida legislativa por meio da internet e maior abertura a projetos de lei de iniciativa popular.

Financiamento exclusivamente público de campanhas, listas partidárias fechadas, fidelidade partidária, fim das coligações para as eleições legislativas e imposição de uma cláusula de barreira são cinco dos pontos mais apontados para uma reforma política. Mas não representam tudo. “O maior problema de todos é a constitucionalização de todo o território nacional”, defende Wanderley Guilherme dos Santos, um

dos mais influentes cientistas políticos do Brasil. “A Constituição tem de valer em todo o país. Levar a todos os cantos os Juizados de Pequenas Causas, assessoria jurídica e zonas eleitorais. Uma discussão do papel dos partidos é relevante. Nós costumamos acusar de fisiologismo aquele parlamentar que distribui água, oferece atendimento de saúde. Pois bem, na última reunião de trabalho da União Interparlamentar da ONU frisou-se que os partidos são prestadores de serviço. É isso mesmo. Os deputados e demais parlamentares têm de saber quais são as necessidades dos eleitores e como atendê-las.”

“Além de limitar a ação do poder econômico nas disputas eleitorais, é preciso fortalecer o debate de ideias e programas dos candidatos”, disse o juiz Marlon Reis, do MCCE, no seminário do Fonacate, ao defender a assinatura da petição disponível no portal da entidade na internet para pressionar o Congresso a acelerar a tramitação da reforma política a tempo de ser aplicada já nas eleições do ano que vem. “Um levantamento no TSE revelou que o valor mais baixo dos gastos para eleger um deputado federal nas últimas eleições foi R\$ 233 mil. A média mais foi de R\$ 2 milhões. É impossível. Também é preciso acabar com as coligações proporcionais, porque elas não fortalecem os partidos”, afirma Roberto Kupski. “O processo eleitoral brasileiro precisa de partidos que se tornem partidos autênticos e não mais apenas representações pragmáticas em que, apesar de todo o discurso do passado, o PT faz aliança sem qualquer constrangimento com José Sarney, no Maranhão, ou que um antipetista histórico como Paulo Maluf se torne aliado dos trabalhadores em São Paulo”, ressalta Daro Piffer. ▣



**O PAPEL DAS CARREIRAS DE ESTADO NA REFORMA POLÍTICA**

“TRANSPARÊNCIA, CONTROLE SOCIAL E COMBATE À CORRUPÇÃO”

7 DE AGOSTO DE 2013  
AUDITÓRIO NEREU RAMOS - CÂMARA DOS DEPUTADOS - BRASÍLIA/DF

**REFORMA POLÍTICA  
PROPOSTAS FONACATE**

**I FINANCIAMENTO DE CAMPANHA**

- a) Público – regras para distribuição, com condições igualitárias para os candidatos do partido; e
- b) Pessoas Físicas – limite total para doação: 3 salários por CPF da pessoa física. (Vedação de doação por pessoa jurídica.)

**II SISTEMA ELEITORAL**

- a) Eleição de Senador – sem indicação de suplente. Eventual vacância assume o mais votado na sequência;
- b) Prazo para substituição de candidatos em eleição majoritária: 60 dias antes do pleito.

**III TRANSPARÊNCIA NAS DESPESAS DE CAMPANHA**

- a) Fortalecimento e aperfeiçoamento das instâncias de fiscalização e processos de controle;
- b) Pagamentos de despesas de campanha com cartão de débito ou transferência bancária, de conta específica da campanha, sem cobranças de taxas bancárias. Quando não possível, pagamento em cheque nominal desta conta específica.

**IV FIDELIDADE PARTIDÁRIA**

- a) Mandato pertence ao partido. Quem sair da legenda perde o mandato.

**V VOTO FACULTATIVO**

- a) Voto passa a ser facultativo a partir das eleições de 2022 – 200 anos da Independência do Brasil

Agosto/2013



# Os futuros atores políticos

Com uma qualificada trajetória política, seja como administradora à frente da maior cidade da América Latina, seja como parlamentar combativa, já no seu terceiro mandato, a deputada Luiza Erundina imprimiu a essa trajetória sua marca registrada: a de esta sempre em sintonia fina com os movimentos sociais, acolhendo seus principais pleitos. “O único sentido de eu estar nesse mandato é que ele é uma extensão dos movimentos. É o que dá densidade, é o que justifica que eu marque presença”, explica. No Congresso Nacional, por exemplo, ajudou a criar duas importantes frentes parlamentares, a da reforma política com participação popular, e a da democratização dos meios de comunicação. É de sua autoria, também, a PEC 90, que estabeleceu o transporte público como um direito social, uma antiga reivindicação do Movimento Passe Livre, com quem mantém uma ótima relação desde os tempos de prefeita da cidade de São Paulo. Com mais de 70 anos, olhos azuis muito vivos, Erundina acredita na boa política, nas boas utopias e, agora, mais do que nunca, na força desses jovens que ocuparam as ruas. “A juventude começa a descobrir a dimensão política. Eles serão, certamente, os principais atores de um novo momento da política brasileira”.

### ■ Há um consenso de que o Brasil não é mais o mesmo antes e depois de junho. Qual foi o principal recado das ruas?

Foi um recado claro sobre o que estava errado no plano institucional do país. Uma manifestação massiva, com muita juventude, e uma negação contundente à legitimidade das instituições políticas. Já se sabia que a classe política estaria causando indignação, mas não com tanta força e clareza como se deu. Acho que manifestações desse porte só na época da resistência à ditadura, na luta pela redemocratização, pela anistia, pelas Diretas. Foi um momento de grande mobilização da sociedade, durante um mês inteiro, em todo o país, e com desdobramentos até os dias de hoje.

Recados do tipo “você não nos representam” são manifestações evidentes da falta de legitimidade da representação política. Ou ainda, “queremos participar”; “desculpe o transtorno, estamos mudando o país”; são manifestações que denunciam a falência da organização institucional do país. Tais declarações geraram enorme insegurança e perplexidade em grande parte dos políticos. Eles não suspeitavam desse nível de cobrança.

### ■ Do ponto de vista da participação, das propostas, o que surpreendeu tanto? Foi essa força, essa capacidade de mobilização?

A meu ver, o que mais surpreendeu foi a percepção do papel e da força formidável das redes sociais. Elas são fator determinante da dinâmica social no movimento de massa. Importante também é o fato de que a juventude começa a descobrir a dimensão política, através das informações que passou a ter e da interação que esses meios possibilitam. Tudo isso contribuiu para tais manifestações. Imaginava-se que os jovens não iriam além das manifestações e abaixo-assinados pela internet. Mas saíram desse estágio e foram para as ruas. Contudo, foram manifestações efêmeras, sem organização, sem liderança, sem uma agenda clara. A verdade é que as formas de organização estão superadas, sejam sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos. Esse é o atual patamar da democracia no Brasil e nos demais países do mundo. Considero ser o fim de um ciclo histórico-social, que no Brasil teve início com a luta de resistência à ditadura civil-militar e se desdobrou no processo de redemocratização do país, que ainda não se completou, porque toda a verdade sobre os crimes da ditadura não foi revelada e os responsáveis por eles continuam impunes.

Os partidos democrático-populares que então surgiram e que eram expressão de um outro momento da vida democrática do país se esvaziaram por terem se domesticado e aderido ao modelo tradicional da política, com suas práticas viciadas e voltados exclusivamente à disputa e conquista de poder.

Esse ciclo, no meu entendimento, se esgotou, e um novo ciclo decorrente da espiral dialética da História começa a surgir e exige novos paradigmas e uma nova cultura política. É nesse contexto que eclodem, com muita força e significado simbólico, essas manifestações de rua, protagonizadas por jovens que, certamente, serão os principais atores nesse novo e promissor momento da política brasileira. Sou otimista diante de tudo isso. As manifestações de junho trouxeram um novo alento.

### ■ Como a senhora recebeu a proposta da presidente Dilma de uma Assembleia Constituinte específica para discutir a reforma política?

Ela poderia ter feito isso muito antes. Na primeira visita oficial ao Congresso Nacional depois de empossada, defendeu que a reforma política seria prioritária. E, nesse tempo todo, nada fez no sentido de viabilizá-la, embora tenha uma enorme base de sustentação no Congresso. E se a reforma política tivesse, de fato, incorporada aos seus propósitos, já teria sido feita nesses quase dois anos de gestão.

Só agora, em resposta às manifestações de rua, propõe a convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva para elaborar e aprovar uma reforma política. Só que isso não seria constitucionalmente viável, além do risco de não se restringir ao tema específico da reforma política, sem que a sociedade civil estivesse devidamente mobilizada para acompanhar e evitar retrocessos. Até mesmo a eleição dos constituintes sob as regras eleitorais vigentes e o financiamento privado de campanhas representariam um risco político real.

### ■ Desculpe insistir, mas, ao propor a convocação de uma Constituinte exclusiva, Dilma não estava dizendo que com este Congresso que aí está, com esse perfil, não vai haver nenhuma reforma política pra valer?

Acredito que sim, mas, em princípio, todo governo tem poder sobre sua base de sustentação. Senão, para que valeria essa coalizão de governo? O que existe hoje na Câmara e no Senado são grupos de trabalho com a “encomenda” de propor uma reforma política. Nem mesmo são comissões especiais com representação proporcional das bancadas e com poder de elaborar e aprovar uma proposta para, em seguida, ir ao Plenário da Câmara para ser votada. Minha participação em um desses grupos de trabalho só se deu a partir da reivindicação para que houvesse uma representante da bancada feminina.

Estou há mais de 13 anos na Câmara e, todo esse tempo, a reforma política é discutida em várias comissões especiais. Ano passado, tivemos a que foi relatada pelo deputado

Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul. Ele trabalhou muito bem. Discutiu com todas as bancadas partidárias, mas, no curso dos trabalhos, tentou contemplar a todos e terminou desfigurando a proposta inicial.

O que, até agora, vem sendo apresentado não é uma proposta do sistema político que, como tal, se compõe de partes, que devem estar compatibilizadas entre si. Portanto, lamentavelmente, não é a reforma política que a sociedade precisa, mas, sim, um remendo.

Ao mesmo tempo, o grupo de trabalho coordenado pelo deputado Cândido Vaccarezza apresentou na Câmara um projeto de lei de minirreforma eleitoral que tramita em regime de urgência e que, se aprovado, comprometerá conquistas importantes da sociedade civil, ao flexibilizar a aplicação da lei da ficha limpa e o controle do abuso do poder econômico nas eleições.

■ **A senhora, há anos, está batalhando pela reforma política. É coordenadora da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular.**

A Frente foi criada em 2002 e funciona até hoje, com a participação de deputados, senadores e de mais de 50 entidades nacionais, tais como OAB, CNBB, CUT, entidades de mulheres e outras. É um fórum representativo da sociedade civil que tem marcado presença ativa em todas essas tentativas de reforma. Elaborou, inclusive, um projeto de lei de Reforma Política, que aguarda apreciação pela Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados.

■ **Essa conjuntura, de muita frustração, em que a insatisfação da sociedade é enorme, não é favorável para que essa Frente cresça, ganhe força?**

Com certeza. Hoje, a Frente integra uma coalizão de organizações da sociedade civil, de iniciativa da CNBB, que convidou entidades para discutir a elaboração de uma proposta de reforma política que unificasse as defendidas pela Plataforma dos Movimentos Sociais e pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Esse processo resultou na proposta da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, apresentada em ato público no último dia 3 de setembro, com a presença do presidente da CNBB (cardinal Raymundo Damasceno), do presidente da OAB (Marcus Vinicius Furtado Coelho), parlamentares e movimentos sociais. Referida proposta foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados (deputado Henrique Eduardo Alves). Em seguida, foi lançada uma campanha para debater a proposta com a sociedade. Além disso, as entidades que integram a Coalizão

manifestaram posição contrária às propostas em discussão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

■ **Quais os eixos principais dessa proposta unitária?**

A Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas propõe os seguintes pontos básicos:

1 - Implantação do financiamento público para as campanhas eleitorais;

2 - Proibição de financiamento eleitoral por pessoas jurídicas;

3 - Permissão de contribuição individual, obedecendo ao teto de setecentos reais por eleitor e não ultrapassando o limite de 40% dos recursos públicos recebidos pelo partido destinados às eleições;

4 - Extinção do sistema de voto dado ao candidato individualmente, como hoje é adotado para as eleições legislativas;

5 - Adoção do sistema eleitoral do voto dado em listas pré-ordenadas, com alternância de gênero, formadas pelos partidos e submetidas a dois turnos de votação (o eleitor primeiro vota no partido e depois escolhe um dos nomes da lista);

6 - Regulamentação dos instrumentos de democracia direta ou democracia participativa, previstos no art. 14 da Constituição.



**O que, até agora, vem sendo apresentado não é uma proposta do sistema político que, como tal, se compõe de partes, que devem estar compatibilizadas entre si. Portanto, lamentavelmente, não é a reforma política que a sociedade precisa, mas, sim, um remendo.**



**Os governos ditos democrático-populares praticamente só têm feito transferência de renda. Apenas a política de salário mínimo, que possibilita ganhos reais, é que promove alguma distribuição.**

■ **A senhora é otimista em relação a esse diálogo com a sociedade?**

Sou otimista, sim, desde que consiga o apoio da sociedade e esta pressione o Congresso Nacional no sentido da aprovação do projeto de lei apresentado pela Coalizão. Caso seja rejeitado, a ideia é coletar o número de assinaturas necessárias junto aos eleitores para que seja apresentado como projeto de lei de iniciativa popular.

■ **As ruas falaram disso.**

Sim, revelando a profunda crise da representação e das instituições políticas, o que reclama uma reforma estrutural do sistema político brasileiro.

■ **Não terá sido junho esse momento, o da sociedade se manifestar cobrando isso? E Será que o Estado entendeu o recado?**

O Estado não quer entender e nem acredita na força do povo; muito menos dá atenção aos anseios da sociedade. Cada parlamentar só está preocupado com os próprios interesses. Os partidos políticos, por sua vez, estão desatentos aos reclamos do povo e a lógica eleitoral se sobrepõe a tudo.

■ **Toda a sua trajetória política, seja na administração pública, seja no Legislativo, sempre foi de tecer um elo forte com os movimentos sociais e trabalhar com eles.**

A ideia é trazer esses movimentos para pressionar o Congresso. Era como o PT fazia no início da sua trajetória política. Em nosso primeiro mandato na Câmara Municipal de São Paulo éramos apenas cinco vereadoras e vereadores e provocamos uma verdadeira revolução naquela Casa, resultado da nossa relação com os movimentos sociais. Levamos o movimento para dentro da Câmara e quebramos a hegemonia da elite, do atraso, do compadrio.

E, outra coisa, para nós de esquerda, socialistas, só se justifica disputar, conquistar e exercer mandatos nos Poderes Legislativo e Executivo, nos marcos do Estado capitalista, se fizermos o oposto do que fazem os de direita. Não basta que sermos éticos, honestos e investirmos prioritariamente em políticas sociais, pois governos conservadores, se forem inteligentes, também o fazem. Para além disso, o que deve nos distinguir é o modo democrático de governar, ou seja, com transparência, com controle social e efetiva participação da sociedade civil organizada nas decisões estratégicas do governo.

### ■ Mas os governos conservadores não fizeram transferência de renda.

Os governos ditos democrático-populares praticamente só têm feito transferência de renda. Apenas a política de salário mínimo, que possibilita ganhos reais, é que promove alguma distribuição. Seria necessário, ainda, uma reforma tributária como mecanismo de efetiva distribuição de renda.

### ■ E o Bolsa Família não distribuiu?

O Bolsa Família é um importante programa de transferência de renda. O governo transfere recursos públicos destinados às políticas sociais em geral para investir na política de assistência social que, por si só, não emancipa os beneficiários dela. E isto está provado. Pesquisas do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) demonstram que pessoas beneficiadas desde o início pelo programa não conseguem se emancipar. Apresentam as mesmas dificuldades que tinham antes, e se mantêm dependentes desse benefício.

É um programa necessário, seja porque atende às necessidades de sobrevivência de milhões de pessoas, seja porque injeta recursos nas regiões mais pobres, o que dinamiza as economias locais. Mas, do ponto de vista da pessoa, da família, do grupo social, não emancipa, pois não está associado ao emprego, nem à geração de renda própria. Não há uma política de incentivo à microeconomia, como geradora de trabalho e renda, em escala capaz de promover o desenvolvimento local.

Temos como referência os bancos populares espalhados pelo país inteiro, com ótimos resultados, porém, carecem de uma política de governo voltada à microeconomia com sustentabilidade.

Apresentei um projeto de lei à Câmara dos Deputados, em agosto de 2007, para regulamentar o segmento da microeconomia, cuja aprovação encontra forte resistência da área econômica do governo, como se essa medida pudesse atentar contra a macroeconomia. É, com certeza, estreiteza de visão, insensibilidade e falta de abertura para soluções inovadoras, criadas pelos próprios setores populares como resposta para os problemas de sobrevivência e o desenvolvimento das comunidades locais. Para tanto, o segmento da microeconomia teria que se institucionalizar a partir de uma legislação específica que desse conta das peculiaridades desse setor, e que fosse compatível com o sistema econômico convencional da macroeconomia. Para isso, falta compreensão e vontade política dos donos do poder.

Com efeito, a rede de bancos do povo, existente no país, não dispõe de um marco legal que lhe dê acesso a créditos bancários subsidiados para sustentar suas atividades. O que

tem hoje são pequenas ajudas de governos para manter uma officininha aqui, outra acolá. Tem que ter uma política de apoio à microeconomia e que tenha escala.

### ■ Esses setores de microcrédito, de economia solidária, têm seus embriões dentro do governo, mas não se desenvolvem. Por quê?

São atividades marginais. Não se integram à política econômica como um todo. A Secretaria Nacional de Economia Solidária, comandada pelo professor Paul Singer, é ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, mas não está entre suas prioridades. Nota-se que não é um governo que promova mudanças. Entendo os condicionantes, as determinações, a correlação de forças. Mas é preciso romper com essa paralisia, com vistas a promover mudanças de interesse da maioria.

### ■ Voltando ao seu trabalho no Congresso...

O que dá sentido e alguma eficácia ao meu trabalho no Congresso é o fato de ser o mandato um instrumento dos movimentos sociais. Propus a criação e presido duas frentes parlamentares: a Frente Parlamentar pela Reforma Política e a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação, ambas com participação popular. São espaços democráticos de debate e de elaboração de propostas sobre matérias relativas aos objetos de atuação dessas Frentes.

Lembro que em 1999, início do meu primeiro mandato, fui representar minha bancada como titular na Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. Lá me dei conta do caráter estratégico das Comunicações para as mudanças que precisam ocorrer no país. Talvez seja mais importante do que a reforma agrária, causa pela qual luto a vida toda, pois acredito que no dia em que democratizarmos os meios de comunicação acumularemos força política para promover todas as reformas, inclusive a reforma agrária. É, pois, fundamental a democratização da mídia. Não é por acaso que os concessionários das comunicações têm tanta resistência a qualquer mudança no marco legal do sistema de comunicação, com vistas a sua democratização. Eles têm consciência do formidável poder que é ter o controle desses meios.

### ■ Fale um pouco desse Projeto de Lei que regulamenta a democratização das mídias.

Tivemos a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, no final de 2009, que aprovou importantes propostas para a política de comunicação. A Conferência foi precedida por conferências estaduais e contou com a participação de cerca de 1600 delegados, representando os três segmentos do setor:

os empresários, a sociedade civil e o governo. Foram aprovadas mais de seiscentas resoluções.

A expectativa era de que o resultado dessa Conferência fosse base para a construção de um projeto de reforma do sistema de comunicação, com a elaboração de um novo marco legal das telecomunicações, visto que o Código Brasileiro das Telecomunicações é de 1962, a Lei Geral de Telecomunicações é de 1997 e o capítulo da Comunicação Social da Constituição até hoje não foi regulamentado. Portanto, é um marco regulatório obsoleto, com mais de 50 anos, que sobrevive em plena era digital.

■ **Franklin Martins apresentou um projeto, quando foi ministro das Comunicações, e essa proposta que veio do governo foi demonizada pela mídia.**

Pois é. Para eles, qualquer alteração das regras atuais é considerada ameaça à liberdade de expressão. É absurda a concentração de poder da mídia. São apenas quatro ou cinco grupos que detêm todas as outorgas e concessões (por 15 anos para televisão e dez anos para rádio), com renovações automáticas por iguais períodos. Já foram feitas duas renovações, perfazendo um total de 45 e 30 anos, respectivamente.

Tentei, na Comissão de Ciência e Tecnologia, aprovar requerimentos para realização de audiências públicas, antes das renovações, e não consegui. Isto porque além de grande número de membros da Comissão ser de concessionários de meios de comunicação e de outros, que representam os interesses dos empresários do setor, não contei nem mesmo com os deputados do campo progressista, pois temem ser excluídos dos espaços da mídia. Como se vê é uma luta muito desigual.

■ **A ideia seria transformar esse novo marco regulatório em uma iniciativa popular?**

Exatamente. Algumas das propostas aprovadas pela Conferência Nacional de Comunicação foram incorporadas a um projeto de marco regulatório que o então ministro Franklin Martins deixou elaborado, mas que não foi considerado pelo ministro de Comunicações do governo da presidente Dilma Rouseff, Paulo Bernardo. E a situação continua a mesma de 50 anos atrás.

Quando o ministro era Hélio Costa, tratava-se, pelo menos, de um adversário declarado das mudanças reivindicadas pela sociedade e nós o combatíamos. Agora, a situação é muito mais difícil, pois o atual ministro das Comunicações é um companheiro que, em termos de alinhamento com os empresários e de atenção aos interesses deles, é pior do que o anterior.

No último mês de agosto, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) lançou uma campanha de coleta de assinaturas em um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para uma Mídia Democrática, propondo um novo marco regulatório para as comunicações sociais no Brasil.

Portanto, a esperança está na aprovação desse projeto de lei, para que o sistema de Comunicação Social do país saia do estágio de meados do século passado e entre na era digital, sem o que o desenvolvimento e a democracia brasileira estarão definitivamente comprometidos.

■ **A senhora concorda que leis avançadas, como a da reforma política ou da democratização dos meios de comunicação, em virtude dessa promiscuidade do Congresso, ficam inviáveis de tramitarem nas duas Casas, de forma natural, sem que haja uma forte mobilização popular?**

Não tenho a menor dúvida! Mas, primeiro, é necessária a adesão de pelo menos 1,3 milhão de pessoas, exigida por lei para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular, e muito mais que isso, a forte pressão da sociedade sobre o Congresso Nacional, para exigir sua aprovação.

■ **Este seria o caminho para enfrentar a crise institucional?**

Sem dúvida, o caminho para se enfrentar a crise institucional passa, necessariamente, por forte mobilização e pressão popular sobre o Congresso. Mas a dificuldade para isso é o atual esvaziamento dos partidos políticos, sobretudo os do campo democrático-popular, e das organizações sociais, tais como sindicatos, associações profissionais, movimentos populares, comunidades de base das igrejas, que também se ressentem da falta de legitimidade e de reconhecimento dos segmentos sociais que pretensamente representam.

Isso contribui para o aprofundamento da crise, que se estende a todas as instituições sociais e políticas e explica, num certo sentido, a falta de orientação e de rumo das manifestações de massa que, em maior ou menor intensidade, ocupam todos os dias as ruas de nossas cidades.

Assim, uma forte e organizada pressão popular sobre o Congresso, para que vote e aprove as reformas reivindicadas pela sociedade, enfrenta grandes desafios, cuja superação exige das organizações acima mencionadas, que recriem suas pautas e revolucionem suas práticas para que recuperem a confiança e a adesão de suas bases.

■ **É de sua autoria a PEC 90, que estabeleceu que o transporte público é um direito social. Em que esse reconhecimento ajuda a melhorar a qualidade do transporte público? Este não era um pleito do Movimento Passe Livre?**

O reconhecimento constitucional de um direito social obriga o Estado a criar política pública para garantir esse direito. Ao ser incluído o transporte no artigo 6º da Constituição Federal abre-se a possibilidade dos cidadãos interessados requererem a intervenção do Ministério Público para que criem as condições necessárias ao acesso a esse direito que, no caso do transporte, é um meio de acesso a outros direitos, como o de mobilidade urbana, por exemplo.

O subsídio público à tarifa do transporte coletivo já é uma prática corrente nos municípios brasileiros, podendo levar à adoção da “tarifa zero” ou “passe livre” que, inclusive, já existe em algumas cidades brasileiras.

Para concretizar-se essa política é preciso que se criem novas fontes de financiamento do serviço público de transporte, como, por exemplo, uma reforma tributária municipal que estabeleça alíquotas diferenciadas do IPTU, ou seja, a progressividade desse tributo, com vistas a socializar os custos desse serviço público essencial, indispensável, portanto, ao funcionamento da cidade e, como tal, de interesse de todos.

É, sim, um pleito e bandeira do “Movimento Passe Livre” que se inspirou na proposta de “tarifa zero” do nosso governo em São Paulo, e que agora retorna com força e legitimidade pelas mãos da juventude.

■ **Em uma nota técnica, o Ipea aponta algumas falhas do projeto. Fala que a tarifa zero representaria para o governo um dispêndio da ordem de R\$ 15 bilhões. Como a senhora avalia isso?**

A proposta não é a de que os custos sejam cobertos total e exclusivamente por subsídio público. Até porque, neste caso, o ônus continuaria recaindo sobre os usuários diretos do serviço, visto que os recursos destinados a esse fim sairia do caixa comum, alimentado pelos tributos que todos pagam e que são aplicados na manutenção de todos os serviços públicos prestados pela administração municipal.

O que se pretende é que se faça uma reforma tributária, adotando-se a progressividade do IPTU, que é um imposto sobre a propriedade de imóveis e, como tal, um imposto direto, e, portanto, justo.

Com o aumento dos recursos gerados com a aplicação de uma alíquota diferenciada do IPTU, se constituiria um Fundo Municipal de Transporte para financiar os custos totais da prestação do serviço pelas empresas de transporte.



**O que se pretende é que se faça uma reforma tributária, adotando-se a progressividade do IPTU, que é um imposto sobre a propriedade de imóveis e, como tal, um imposto direto, e, portanto, justo.**

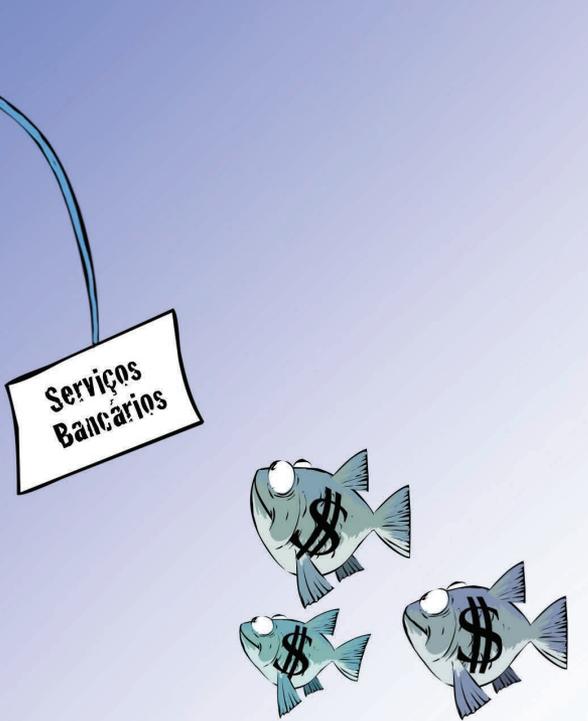
Com essa política se faria justiça fiscal ao se distribuir desigualmente a carga tributária, ao mesmo tempo se promoveria justiça social, ao se socializar os custos de um serviço público essencial – o transporte coletivo – à vida da cidade.

■ **A proposta, ainda embrionária, do prefeito Haddad de se criar um órgão municipal para controlar todo o transporte coletivo pode ajudar a melhorar a situação caótica do transporte público em São Paulo?**

Pode, mas essa iniciativa tem mais a ver com a preocupação em controlar os custos do serviço. Só que as planilhas em si não têm muito segredo: 45% são para recursos humanos, 20% para combustível e o resto para manutenção, garagem e tributos. A margem de lucro é perfeitamente controlável. O que contribui para elevar os lucros é a remuneração do serviço por passageiros transportados, com redução de frotas e superlotação dos ônibus, o que aumenta o desconforto dos passageiros, ao mesmo tempo em que eleva os lucros das empresas concessionárias.

O que é preciso é mudar a lógica do sistema. Essa questão é essencialmente política e não apenas financeira, orçamentária e contábil. Temos que perguntar que cidade queremos. Como atender o direito à cidade de todos os cidadãos e cidadãs que a constroem e que nela vivem. Assim, é justo que todos deem sua parcela de colaboração, no sentido de melhorar a qualidade de vida e garantir o direito de todos à cidade. ✓





Serviços  
Bancários

# A festa dos bancos

Com lucros crescentes, instituições financeiras não investem na qualidade dos serviços prestados. Clientes estão reclamando mais: no ano 2012, foram 507 mil queixas registradas no BC. Este ano, até junho, já ultrapassam 280 mil

**ROSANE DE SOUZA**

As contas do Brasil vêm fechando no vermelho. Mesmo em um cenário adverso, o Banco do Brasil anunciou, em agosto, um lucro histórico de R\$ 10 bilhões no primeiro semestre de 2013, batendo o recorde de outra instituição financeira, o ItaúUnibanco, que exibiu um desempenho excelente nos primeiros meses do ano: R\$ 7,2 bilhões. Com lucros bem robustos, embora mais modestos, a Caixa Econômica também comemorou o resultado: R\$ 3 bilhões. São os maiores bancos do país, entre públicos e privados e, juntos, detêm 135 milhões de clientes.

Apesar de resultados tão fabulosos, essas três instituições pouco investiram na qualidade do atendimento e na transparência das informações prestadas a seus clientes. Pelo ranking das reclamações e denúncias consideradas procedentes – nas quais foi constatado o descumprimento de normativos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central –, publicado mensalmente pelo BC, Banco do Brasil, ItaúUnibanco e a Caixa encabeçam a lista, ao lado do Santander (o primeirão, em julho deste ano).

O volume de queixas registradas no Banco Central tem crescido. No ano 2012, foram 507 mil. Este ano, até junho, já ultrapassam 280 mil. No site Reclame Aqui, os registros indicam 44.952 reclamações contra os bancos só no período de maio de 2012 a abril de 2013. Em abril deste ano, mais 5.466 queixas, quase o dobro das 2.790 feitas no mesmo mês de 2012. Assim como o BC, o site só leva em conta as reclamações procedentes. Os motivos são diversos: vão desde a cobrança ilegal de tarifas, recusa de cancelamento do pacote de tarifas, recusa de liquidação antecipada de empréstimos ao elevado custo do crédito. Outra que passou a ser comum é a resistência dos bancos em aceitar a portabilidade da conta-salário.

### OS RALOS DA FISCALIZAÇÃO

Preocupado com essa situação, o Banco Central, desde 2000, vem tomando uma série de providências a fim de minorar os danos causados aos clientes bancários. A qualidade dos serviços financeiros motivou diversos aprimoramentos normativos para garantir ao consumidor, por exemplo, o direito de escolha. No ano 2000, foi regulada a portabilidade gratuita do salário e proibida a cobrança de tarifa decorrente de liquidação antecipada de contratos de crédito. Outro progresso foi o aumento da transparência na prestação dos serviços financeiros, que permitiu à população acesso a informações mais objetivas dos seus custos, possibilitando a comparação dos preços.

A intervenção do BC, porém, não tem sido suficiente para enquadrar as instituições financeiras que continuam burlando as normas estabelecidas. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) apontou que, nos últimos cinco anos, a maioria dos pacotes de tarifas bancárias, padronizadas em 2008, foi substituída por serviços mais caros, e os que sobreviveram tiveram aumentos descontrolados de até 111%. O levantamento também constatou que, em maio deste ano, o número de pacotes disponíveis para os clientes mais do que dobrou, se comparado com 2008, passando de 35 para 78 a soma de todos eles.

O crédito consignado é outro serviço bancário que vem preocupando a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça, e o próprio Banco Central. O endividamento da população idosa começa a chamar a atenção das autoridades e acendeu a luz vermelha na Defensoria Pública. De janeiro a março, o crédito consignado, cujas parcelas são descontadas diretamente do salário, da aposentadoria ou pensão e não podem comprometer mais de 30% da renda mensal, teve aumento

de 30% entre os aposentados (ver tabela).

A ciranda financeira desse tipo de empréstimo oferecido aos idosos resultou na criação ilegal de um balcão de negócios de compra e venda de informações bancárias sigilosas, usadas pelas instituições financeiras para burlar as normas que regulam este crédito e se apropriar da maior parte dos benefícios das aposentadorias. É prática comum os bancos – alguns até desconhecidos – ligarem para os aposentados oferecendo a compra da dívida original e dinheiro a mais, com parcelas de quitação mensal inferiores às que pagam pelo primeiro crédito consignado. Só omitem a armadilha: uma dívida a ser paga em 40 meses pode elevar seu prazo para até 70 meses. Sem informação e atraído pelo bom negócio, o idoso acaba caindo no conto do vigário e perdendo a maior parte do benefício do INSS (ver matéria dos correspondentes bancários).

Para o Sinal, o Banco Central vem aprimorando a regulação do Sistema Financeiro Nacional, mas a fiscalização segue ineficiente, e regular sem fiscalizar é o mesmo que não regular. “Embora seja o BC a autoridade responsável pela regulação do Sistema Financeiro Nacional, existe um entendimento que a relação entre a instituição financeira e o consumidor bancário é da alçada dos órgãos de defesa do consumidor”, explica Daro Piffer, presidente do Sinal. Ele lembra que a atuação desses órgãos é limitada, pois eles não têm competência, nem conhecimento, para uma atuação ampla e preventiva, que asseguraria o cumprimento das normas pelas instituições financeiras; eles só podem atuar no caso específico, fruto de uma reclamação, cuja solução só atende o reclamante. O Banco Central, por sua vez, tem autonomia para fiscalizar as operações em geral, mas tem seu foco orientado para o controle do risco sistêmico. ■

## Sem controle e sem sanções

Para a economista do Idec Ione Amorim, além de aumentar e trocar os pacotes de serviços, a “novidade” dos bancos foi nomeá-los com excesso de adjetivos para que não dissessem absolutamente nada. Segundo ela, a falta de informação está na base das reclamações dos clientes. Os bancos também não acatam, ou demoram na solução de reclamações de cobranças indevidas e de serviços não contratados. A isso se somou uma prática ilegal: a não aceitação do pagamento de contas na boca do caixa. “Começou com o Itaú, que alegou rompimento contratual com as concessionárias. Estranhamos o fato de outras instituições terem feito o mesmo. A Caixa Econômica, por exemplo, assumiu o papel de vítima, justificando a decisão de só aceitar pagamento de contas nos caixas eletrônicos porque estava todo mundo correndo para lá”, explica.

Renata Reis, superintendente de Assuntos Financeiros da Fundação Procon-SP, avalia que é necessário ir além da colocação de tabela de preços das tarifas nas agências bancárias. “A regulamentação das tarifas foi um marco, mas é preciso informar de forma clara as opções à disposição dos

clientes, para que possam escolher a mais adequada ao seu perfil e necessidade. É importante também que sejam efetivadas as sanções aos bancos que não respeitem a legislação.” Segundo Renata, o Procon-SP abriu um canal de diálogo com diversas instituições, como o BC, para discutir o tratamento do serviço bancário na relação de consumo.

Coordenadora institucional da Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Maria Inês Dolci chama a atenção para o excesso de concessão de crédito ao idoso. “Sem avaliação, torna-se uma temeridade. O BC tem todos os dados para uma tomada enérgica de decisão para conter a oferta indiscriminada desse tipo de crédito”, diz, acrescentando que os bancos percebem que não estão sendo fiscalizados e insistem em práticas ilegais. “Tem banco que é recorrente em algumas práticas abusivas, como o envio de cartões sem solicitação, e não se colocou até hoje um basta nisso.” Um problema grave que aumentou muito, segundo ela, é a fraude nos cartões de crédito, que, se percebida fora do horário comercial, deixa o usuário à mercê de serviços terceirizados.

### PREÇOS (MÍNIMO E MÁXIMO) DOS PACOTES EM 2008 X 2013

Bancos	Quant.	Valor Mínimo (em R\$)		Variação	Quant.	Valor Máximo (em R\$)		Variação
		2008	2013			2008	2013	
BB	6	9,00	11,90	32%	26	35,00	38,00	9%
Bradesco	4	8,50	14,00	65%	12	21,00	35,90	71%
Caixa	6	7,50	12,80	71%	4	21,50	24,00	12%
HSBC	9	15,00	19,50	30%	11	43,00	59,50	38%
Itaú	5	8,50	14,10	66%	13	19,80	50,00	153%
Santander	5	8,90	19,90	124%	12	42,90	65,00	52%
Média	6	9,57	15,37	61%	13	30,53	45,40	49%

# educação financeira: **em linha direta com o cidadão**

Hoje, além de baixar normativos e resoluções para coibir os abusos, a grande arma do Banco Central para proteger os clientes bancários é disseminar a educação financeira desde a mais tenra idade dos brasileiros. O BC ainda mantém a Central de Atendimento ao Público, para estabelecer uma linha de comunicação direta com a população e até intermedia os conflitos dos clientes junto às Ouvidorias das instituições financeiras.

Mas o papel de xerife dos bancos está reservado à Senacon, criada em maio do ano passado, e aos Procons, que passaram a exercer o papel de polícia para punir os infratores. O BC foi aliado desse processo, segundo fontes da instituição.

O Sinal, porém, acredita que o Banco aproveitou a decisão do STF sobre a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor para sair de campo. Aliás, o inciso IX “Exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas”, do artigo 10, da Lei 4.595/64, sempre foi interpretado pelo



BC de maneira restritiva para fugir de suas responsabilidades. Até mesmo a fiscalização e a punição dos crimes de lavagem de dinheiro agora são atribuições do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

O problema é que faltam lastro, história, experiência e legitimidade das instituições de defesa do consumidor para enfrentar os bancos e o BC, por ser mais respeitado, acaba tendo que mediar os conflitos. Ele sabe que nenhuma instituição financeira vai questioná-lo, mas, mesmo assim, prefere não arbitrar em favor do consumidor. Depois de três reclamações ou denúncias sem solução, o Banco manda uma mensagem sugerindo que o cidadão procure outros meios, como o Judiciário, por exemplo.

Outro complicador é o vácuo legal existente no Código de Defesa do Consumidor. Não há uma legislação que tipifique as punições – da mais suave, que é advertência, à mais severa, nem sequer a simples advertência está prevista no Código.

### CONSUMIDOR EDUCADO

A solução que o BC propõe para coibir os abusos das instituições financeiras é disseminar e massificar a educação financeira entre a população. Para isso, o BC criou a Diretoria de Relacionamento Institucional e Cidadania (Direc), com atuação clara em três vertentes: atendimento institucional, educação financeira e comunicação. Elvira Cruvinel, chefe do Departamento de Educação Financeira (Depet), explica que o foco principal de sua atuação é incluir e promover o acesso adequado aos serviços financeiros de milhares de brasileiros. “Mas não adianta incluí-los se eles se endividarem. Por isso, é necessário avaliar o impacto dessa inclusão e promover a educação financeira”, pondera.

Segundo Elvira, como o BC não tem a capilaridade necessária para disseminar o projeto pedagógico, uma vez que só existem sedes em dez capitais, o programa da educação financeira envolve a criação de uma rede de colaboradores entre os próprios servidores do Banco, além de parcerias, como a realizada

com a Senacon, para capacitar os agentes do Procon. Outra linha de frente é a atuação conjunta com o INSS, o Sebrae (com foco em microempreendedores) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), para chegar até os beneficiários do Bolsa Família.

Outro projeto em andamento no Depet é a implantação de programas educacionais nas escolas e de ensino a distância. “Em 2014, o BC já terá a sua própria plataforma de ensino a distância”, afirma Elvira, acrescentando que uma parceria com a Escola de Administração Fazendária (Esaf), do Ministério da Fazenda, também vai permitir a ampliação desses cursos. Nas escolas, há um projeto piloto em andamento no ensino médio, cujos livros didáticos já foram validados e estão sendo testados em 900 delas. Se aprovado, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) irá distribuir o material didático nas escolas públicas. Na avaliação de Elvira, uma frente fundamental na educação financeira é o Museu de Valores do BC, cujo acervo de moedas, cédulas, barras de ouro, medalhas e curiosidades numismáticas ligadas ao dinheiro e à tecnologia de sua fabricação atrai inúmeros visitantes.

Certo de que o caminho é esse, o Banco realizará, em novembro, em Fortaleza (CE), o V Fórum sobre Inclusão Financeira, ocasião em que relançará o programa, que foi totalmente reformulado. Ainda este ano, o misto de seminário e simpósio vai discutir a importância da educação financeira, da proteção e da inovação para uma inclusão financeira de qualidade e, também, debater os avanços da parceria nacional, criada com esta finalidade. ✓





# Um mercado que cresce perigosamente

Sem regras claras, “pastinhas” travam queda de braço com instituições financeiras em torno da portabilidade do crédito. Como sempre, quem perde é o consumidor

PAULO VASCONCELLOS



## CORRESPONDENTES BANCÁRIOS

Um dos trunfos da democratização do crédito no país, os correspondentes bancários ameaçam se transformar também em risco ao processo de inclusão de milhões de brasileiros ao mercado de consumo. Não se trata mais só da acusação de fraude praticada pelos agentes conhecidos como “pastinhas” na concessão de empréstimo consignado, com desconto na folha de salários de servidores públicos e privados ou dos benefícios de pensionistas e aposentados da Previdência Social, mas também na queda de braço com os bancos em torno da portabilidade do crédito.

A manobra é simples. Eles ajudam o cidadão a contrair um financiamento, esperam que ele pague duas ou três prestações e depois o convencem a levar o empréstimo para outra instituição financeira que oferece juros menores. A migração ocorre muitas vezes à revelia do cidadão: a maioria das reclamações recebidas é de “pastinhas” atuando em seu nome. A cada operação embolsam uma comissão, que pode variar de 10% a 20% do valor do crédito, mas esquecem de alertar o cliente que ele vai ter de começar a pagar o financiamento todo de novo. Pior: para evitar o encolhimento de suas carteiras de crédito e se tornarem reféns de alguns correspondentes, os bancos estariam dificultando o direito à portabilidade, previsto na Resolução 3.401/2006 do Banco Central, exigindo que o cliente vá até uma agência bancária, muitas vezes em outra cidade, com uma senha, para assinar uma carta e aguardar em casa autorização para a transferência do financiamento que nunca chega.

Também está aumentando a restrição à portabilidade propriamente dita, mas o principal entrave refere-se à emissão de boleto para quitação antecipada de consignado, que, na prática, é uma portabilidade em dois tempos: quita em

uma, abre a margem e contrata na outra. Muitas vezes é o “pastinha” que empresta o dinheiro para a quitação.

### PROFISSÃO EM ALTA

O potencial do estrago não é pequeno. Um estudo da Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC), que representa quase metade das instituições financeiras, aponta que existem 151 mil correspondentes bancários espalhados pelo país, mas a Associação Nacional das Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País (Aneps) estima que outros 500 mil trabalhem na informalidade. Nos cálculos da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), eles chegavam a 160.943, em 2011. A divergência nos números está relacionada com a atuação dos correspondentes. Muitos “pastinhas” não são vendedores de crédito, apenas recebem contas. Os correspondentes bancários registrados no cadastro único do Banco Central (Unicad) são papelarias, supermercados, açougues, casas lotéricas, cartórios, Correios e concessionárias de veículos, que respondem por mais da metade do crédito concedido às pessoas físicas. São R\$ 394 bilhões injetados na economia sem passar por agências bancárias.

A Aneps estima que 70% das concessões de empréstimo consignado, que movimentam mais de R\$ 200 bilhões por ano, passem pelos agentes bancários. Dados do Banco Central apontam: em 12 meses, de junho do ano passado a junho deste ano, os servidores públicos se endividaram em R\$ 128 bilhões por meio de empréstimos consignados, os aposentados e pensionistas pediram R\$ 63,3 bilhões pela modalidade, enquanto os empregados de empresas privadas contraíram R\$ 17 bilhões em financiamento. Só neste caso, se a estimativa da entidade que representa os correspondentes bancários estiver correta, eles responderiam

pela movimentação de R\$ 145 bilhões.

A Associação Brasileira de Bancos Comerciais já encomendou várias pesquisas que destacam a importância dos correspondentes bancários, mas não quis se pronunciar sobre o tema da reportagem. “A ABBC acredita que não é a instituição mais indicada para responder às questões relacionadas aos correspondentes bancários”, afirma a mensagem de resposta da assessoria de imprensa da entidade ao pedido de entrevista da revista Por Sinal. “O ‘pastinha’ existe e comete irregularidades, mas para quem ele entrega o crédito? Para um banco, que também não controla o ‘pastinha’. Toda vez que se toma uma medida para coibir a atividade de correspondente bancário, quem sai prejudicado não é o ‘pastinha’, mas o profissional honesto, da mesma forma que o consumidor. Os bancos não ajudam a resolver o problema porque não querem perder os negócios para a concorrência”, diz Édson Costa, presidente da Aneps.

### LIMBO JURÍDICO

No Banco Central, o problema é embaçado por outro: a recusa dos bancos de permitirem a portabilidade do crédito com a liquidação antecipada da operação, que lidera as queixas encaminhadas à instituição, sobretudo via boleto. Pareceres de técnicos já alertaram sobre a situação criada pelos correspondentes bancários, mas a direção do BC tem optado por medidas mais políticas e por cobrar dos bancos uma solução. O Banco teria inclusive levado a preocupação e algumas soluções à presidente Dilma, mas como 2014 é um ano eleitoral, o governo não vê sentido em mexer no crédito, motor do crescimento do país nos últimos anos.

Desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o Código de Defesa do Consumidor se aplicava ao

consumidor bancário, a regra tem sido afrouxar alguns mecanismos de fiscalização. O controle da venda casada, por exemplo, não é mais competência do Banco Central, mas do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. O direito à liquidação antecipada do crédito, também.

A falta de uma regra mais clara é antiga. A Resolução 3.710, de 2003, do BC, já determinava que o correspondente bancário pudesse fazer a intermediação de crédito junto a uma instituição financeira, mas o processo só foi regulado pela Resolução 3.954, de 2011. Nenhuma delas, porém, regulamenta a comissão a que o correspondente bancário tem direito pelas operações. A regra em vigor estabelece que o correspondente seja certificado e só possa fazer uma subcontratação. A resolução determina, ainda, que haja um vínculo contratual de ceterista ou autônomo entre a empresa autorizada a conceder o crédito e o subcontratado e prevê um relatório da atuação do correspondente bancário. A ideia defendida por funcionários do BC é que o correspondente receba a comissão das operações de crédito nas parcelas do pagamento feito por quem contrai o financiamento, mas a sugestão até agora não vingou. Os correspondentes bancários se dividem em dois tipos: o transacional, que funciona como extensão dos bancos que não têm interesse em receber contas de valor muito pequeno ou em instalar agências em municípios sem viabilidade econômica, e o promotor de crédito, que cuida do financiamento de um carro ao empréstimo consignado.

Enquanto aguardam pela aprovação de um projeto de regulamentação no Congresso Nacional, eles se regem apenas pelas resoluções do Banco Central. A 3.954, que determinou que todas as empresas encarregadas de operações de crédito tivessem registro no BC, fez com que o número de correspondentes



**Desde que o STF decidiu que o Código de Defesa do Consumidor se aplicava ao consumidor bancário, a regra tem sido afrouxar alguns mecanismos de fiscalização. O controle da venda casada, por exemplo, não é mais competência do BC, mas do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.**

bancários praticamente dobrasse porque as concessionárias de automóveis, que financiam a compra e venda de carros novos e usados, também tiveram de se cadastrar no Unacad. De acordo com o Banco Central, 94% da rede de correspondentes é operada pelo Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal. A capilaridade é imensa: há mais de dez correspondentes bancários contra 1,36 funcionário dos bancos formais (agências e postos de atendimento)

para cada 10 mil brasileiros. Enquanto o número de correspondentes cresceu 1.072% em uma década, passando de 13.371, em 2000, para 160.943, em 2011, o número de agências bancárias teve um crescimento bem mais modesto, 28%, passando de 16.590 para 21.278. Quanto mais correspondentes, melhor, certo? Errado. “O principal problema é que os correspondentes bancários não contam com a mesma estrutura de segurança e conforto das agências. Além disso, ficam em uma espécie de ‘limbo jurídico’, já que não são bancos e, portanto, não necessariamente devem respeitar as normas bancárias. Alguns incentivam a portabilidade do crédito mais em proveito próprio do que no interesse do consumidor. A responsabilidade do crédito tem de ser da instituição que o concede”, diz Ione Amorim, economista do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

#### **TODO CUIDADO É POUCO**

Correspondentes bancários são uma espécie de lado bom dos chamados “pastinhas”, pessoas com uniformes de instituições financeiras e pranchetas e pastas nas mãos – daí o apelido – encontradas nas ruas das grandes capitais oferecendo crédito fácil. Alguns são acusados nos órgãos de defesa do consumidor de falsificar documentos e até assinaturas para pedir empréstimos com desconto na folha de pagamento e juros mais baixos no nome de aposentados e pensionistas que nunca solicitaram o financiamento. A preocupação maior, porém, é o acesso que têm ao cadastro das pessoas e a desenvoltura com que usam os bancos de dados para assediá-los e recorrer ao crédito consignado. As possibilidades de sucesso são previsíveis em um mercado com 27 milhões de beneficiários da Previdência Social, sem contar os servidores públicos e privados.

## CORRESPONDENTES BANCÁRIOS

“O correspondente bancário é o principal agente do processo de democratização do crédito no Brasil. A profissão tem importância não apenas econômica, mas também social, porque emprega muita gente. Em média, cada correspondente tem cem empregados, mas alguns funcionam em pequenas lojas e unidades familiares e outros são autônomos”, defende Édson Costa. “A portabilidade do crédito é um direito reconhecido do consumidor há apenas seis anos, mas é preciso cuidado com ele. Não se justifica fazer uso do instrumento no caso de empréstimo consignado, em que as taxas de juros, ainda que pudessem ser menores, já são baixas, em torno de 2% a 2,3%, mas o tomador acaba convencido pelo assédio do correspondente bancário a trocar de banco até nessa modalidade de financiamento. Nossa recomendação é que o consumidor sempre tente negociar diretamente com a instituição financeira e que os bancos tenham um papel mais ativo no controle dos seus correspondentes”, alerta Ione Amorim. ✓



### Bancos apertam o cerco

No começo de setembro, os maiores bancos do país decidiram finalmente mudar a forma de remuneração dos correspondentes bancários. A partir de agora, quando uma operação de crédito consignado for liquidada antecipadamente em uma instituição para ser refeita em outra, ele passará a receber sua comissão só em cima do novo valor liberado para o cliente. Funcionaria da seguinte forma: uma

pessoa contrata no banco A uma operação de crédito consignado de R\$ 10 mil, valor máximo do consignável. Meses depois, quando parte do empréstimo já foi quitada e o correspondente propuser ao cliente a migração para o banco B, refazendo o financiamento de R\$ 10 mil, o contrato no banco A é pré-liquidado, o cliente só receberá em dinheiro a diferença entre sua dívida restante e o valor da chamada

“margem consignável” e os bancos só vão pagar a comissão do correspondente sobre o valor novo efetivamente liberado para o cliente. Se o novo dinheiro liberado para o cliente somou R\$ 500, por exemplo, a comissão só será calculada em cima disso. “Quem promoveu a pré-liquidação foram os próprios bancos. Todos, sem exceção, fomentaram. E agora quem perde é o correspondente”, afirma Édson Costa.

# URGÊNCIA NA VOTAÇÃO DA PEC 555

ARNALDO FARIA DE SÁ

Apresentada em 22/06/2006, a PEC 555 (Proposta de Emenda Constitucional), de autoria do ex-deputado Carlos Mota, foi ao arquivo no final daquela legislatura e, através de nosso Requerimento 1199/2007, conseguimos reativar a tramitação dessa importante proposta. Fomos designados e tivemos nosso parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, quando nomeados relatores. Conseguimos da Presidência da Casa, à época, o Ato de Criação da Comissão Especial e, em seguida, sua instalação.

A Comissão Especial criada para analisar a PEC 555/2006 aprovou, em 14 de julho de 2010, nosso Parecer Vencedor, apresentado em substituição ao parecer do relator do governo, que foi rejeitado pelos deputados. De acordo com o texto aprovado, todos os aposentados e pensionistas, ao completar 61 anos, reduzirão 20% da contribuição. Esse índice será de mais 20% a cada ano, até chegar à isenção completa, aos 65 anos. Permaneceu no nosso relatório o acatamento da Emenda Constitucional nº 70/2012, que determina que não haja cobrança de



**Nos associamos às mais diversas entidades em manifestações pela imediata votação da PEC 555, tendo participado de reuniões e, em algumas, fomos homenageados pelo reconhecimento do nosso trabalho.**

contribuição na hipótese de aposentadoria por invalidez permanente. Em nosso relatório, ainda acatamos sugestão, no sentido de fazer alterações textuais para evitar ambiguidades de interpretação.

O texto original da PEC 555/2006 revogava o artigo 4º da Emenda Constitucional nº 41 e propunha a eliminação total da cobrança da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas do serviço público, que passaram a essa condição até 2003. Além disso, determinava a retroação dos efeitos da revogação a 1º de janeiro de 2004. Essa cobrança é originária da Emenda Constitucional nº 41/2003, que foi a emenda votada que gerou o mensalão. Com a condenação pelo Superior Tribunal Federal na Ação Penal 470, deveremos questionar a validade total da emenda, pois, segundo a eminente ministra Carmem Lúcia, em seu voto, o mensalão comprou votos para a aprovação da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Nós nos associamos às mais diversas entidades e associações em manifestações pela imediata votação da PEC 555, tendo, inclusive, participado de reuniões e, em algumas, fomos homenageados pelo reconhecimento do nosso trabalho, em especial nosso Parecer Vencedor, em prol da categoria de servidores públicos federais, estaduais e municipais. ✓

(\*) Nasceu em São Paulo (SP), é advogado, contabilista, radialista e professor. Deputado federal já no sétimo mandato. Foi secretário de Esportes e de Governo de São Paulo, coordenador e um dos fundadores da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública; um dos principais defensores dos aposentados e pensionistas do serviço público e do INSS durante as reformas da Previdência; grande responsável pela aprovação da PEC Paralela da Previdência Social. Tem diversas outras atuações em favor da Previdência, dos aposentados, pensionistas e idosos. Parlamentar independente, é um aliado fiel dos trabalhadores, dentro e fora do Legislativo. Autor do Projeto de Regulamentação das Guardas; PEC da Polícia Penal; e PEC 300 Piso Nacional de Salário das Polícias.



## Centrus Implantação de novo plano de benefícios

As providências para a implantação do Plano de Contribuição Definida - PCD estão em andamento, já tendo sido já aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Centrus. O PCD destina-se precipuamente aos servidores e ex-servidores detentores de fração patrimonial e aos demais servidores ativos do Banco Central que o patrocinará sem contribuições. A proposta encontra-se em exame para aprovação do Banco Central, seguindo-se a apreciação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

A implementação de mais um plano de benefícios não vai interferir na gestão e na situação financeira dos demais planos sob administração da Fundação (Plano Básico de Benefícios - PBB e Plano de Benefício Definido Centrus - PBDC), uma vez que, conforme estabelece a legislação, o patrimônio dos planos e as respectivas obrigações são segregados, não se comunicando em nenhum nível. O novo Plano se constitui na realização de antigo sonho da Fundação, qual seja recompor plenamente a sua finalidade e fazer parte da vida de todos os servidores do Banco Central.

Para tanto, a Centrus está trabalhando com afinco no sentido de se organizar de forma compatível aos desafios que a gestão do PCD certamente trará. Especial atenção vem sendo dispensada à área de TI, objetivando dotar a Fundação de modernos e eficientes sistemas de gestão e de controle, fatores importantes para que possa atender aos novos participantes e assistidos com o mesmo padrão de eficiência que tem norteado a sua atuação.

Tão logo aprovada a alteração regulamentar pela Previc, serão iniciadas as ações de divulgação e o processo de adesão.



# O QUE É MAIS IMPORTANTE PARA VOCÊ?

## FENASBAC SEGUROS

### VIDA EM GRUPO E MASTER

- Vida Master\*, de 55 a 80 anos, **sem avaliação médica** e faixas de R\$ 10 mil a R\$ 80 mil;
- Único com cobertura de invalidez acidental para cônjuge;
- Seguros de Vida em Grupo, Individual e Casal, de 14 a 64 anos, faixas de até R\$ 300 mil, garantia **ICATU Seguros**;
- Planos a partir de R\$ 16,07 mensais;
- Coberturas por morte natural, acidental com pagamento em dobro e invalidez por doença ou acidental.

Atendimento direto FENASBAC:  
↪ 0800-646-1055 (61) 3323-1055

### SEGURO AUTO E RESIDÊNCIA

No segmento de ramos elementares (veículos e residenciais) é operado diretamente pela parceira Liberty Seguros, que oferece amplos pacotes de serviços e coberturas no Plano Affinity.

- Parcelamento em até 11x sem juros;
- Primeira parcela em até 35 dias;
- Sem custo de apólice.

Atendimento via **parceria Liberty**:



**4004-4222**  
(Capitais e Regiões Metropolitanas)

**0800-709-4222**  
(Demais localidades)

\*Verificar condições de carência

WWW.FENASBAC.COM.BR



CONHEÇA NOSSA FAN PAGE  
NO FACEBOOK

**Fenasbac**  
Federação Nacional de Associações  
dos Servidores do Banco Central

